



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024



**GRUPO  
CARREFOUR  
BRASIL**





## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

### RESULTADOS 4T 2024

2024 ENTREGOU CRESCIMENTO EBITDA DE DUPLO DÍGITO E -6X O LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE 2023

Resultados consolidados 4T 24	Vendas Brutas: R\$ 32,8 bi Cresc. total a/a: +5,5% Lfl. (ex-cal, ex-gas): +6,0% GMV: R\$ 3,4 bi (+19,3%)	EBITDA Aj.: R\$ 1,9 bi (+2,2% a/a) Mg: 6,5% (-0,2 p.p. a/a) Lucro Líquido Aj.: R\$ 1,6 bi (+3,2x a/a)	Destaques 2024 Vendas Brutas: R\$ 120,6 bi (+4,4%) EBITDA Aj.: R\$ 6,5 bi (+13,4%) Lucro Líquido Aj.: R\$ 2,4 bi
<b>ATACADÃO</b> (71% das Vendas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 23,3 bi</li> <li>Lfl. (ex-calendário): +6,3%</li> <li>Cresc. Total a/a: +9,6%</li> <li>Nº de lojas: 379 (+18 a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EBITDA Aj.: R\$ 1,6 bi</li> <li>EBITDA Aj. Mg: 7,4% (+0,2 p.p. a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 86,0 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: +8,7%</li> <li>EBITDA Aj.: R\$ 5,2 bi</li> </ul>
<b>Carrefour</b> (22% das Vendas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 7,3 bi</li> <li>Lfl. (ex-cal, ex-petrol): +5,9%</li> <li>Cresc. Total a/a: -7,6%</li> <li>Nº de Hiper: 112 (-31 a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EBITDA Aj.: R\$ 220 mi</li> <li>EBITDA Aj. Mg: 3,4% (+0,5 p.p. a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 27,2 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: -9,4%</li> <li>EBITDA Aj.: R\$ 694 mi</li> </ul>
<b>sam's club</b> vale muito ser sam's (7% das Vendas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 2,3 bi</li> <li>Lfl. (ex-calendário): +2,1%</li> <li>Cresc. Total a/a: +13,9%</li> <li>Nº de lojas: 58 (+7 a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EBITDA Aj.: R\$ 84 mi</li> <li>EBITDA Aj. Mg: 4,3% (-2,2 p.p. a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vendas Brutas: R\$ 7,3 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: +16,8%</li> <li>EBITDA Aj.: R\$ 238 mi</li> </ul>
<b>Carrefour banco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faturamento: R\$ 19,3 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: +15,8%</li> <li>Carteira de cred.: R\$ 28,4 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: +17,2%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EBITDA Aj.: R\$ 214 mi</li> <li>(-15,1% a/a)</li> <li>Inadimplência: Over30: 14,2% (-0,6 p.p. a/a); Over90: 11,6% (-0,6 p.p. a/a)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faturamento: R\$ 68,8 bi</li> <li>Cresc. Total a/a: +14,4%</li> <li>EBITDA Aj.: R\$ 890 mi</li> </ul>

#### Mensagem do CEO, Stephane Maquire:

“ Em 2024, executamos com sucesso a estratégia que planejamos e anunciamos ao mercado em novembro de 2023. Continuamos a expandir nossa posição de liderança no segmento de cash and carry, abrindo 19 novas lojas Atacadão e ganhando market share em base like-for-like por meio de iniciativas para aumentar nossa relevância junto aos clientes B2C, como serviços, self-checkouts e preço duplo, ao mesmo tempo em que mantemos nossa proposta de valor imbatível aos clientes B2B. As lojas convertidas continuaram a maturar em direção aos níveis-alvo de produtividade e rentabilidade. No nosso segmento de Varejo, ajustamos nosso portfólio de lojas, vendendo ou fechando unidades não rentáveis e convertendo 22 lojas em Atacadão e Sam's Club. Nosso reposicionamento de preços impulsionou uma importante recuperação nas vendas, com um forte crescimento de Lfl., especialmente a partir do 2T. No Sam's Club, tivemos um ano recorde de inauguração de lojas e expansão da base de membros. Temos certeza de que os investimentos feitos em 2024 amadurecerão nos próximos trimestres, consolidando nossa posição como o clube líder no Brasil. Os ganhos de eficiência e a disciplina de custos permaneceram no topo de nossa agenda: SG&A como % das vendas líquidas diminuiu 1 p.p. este ano. Agora temos uma Companhia mais enxuta e ágil, pronta para aproveitar ao máximo as oportunidades que 2025 trará. Mantemos o nosso compromisso em ser o varejista alimentar nº 1 do Brasil, oferecendo a melhor proposta de valor aos nossos clientes. ”

### RESULTADOS CONSOLIDADOS

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Clube			Banco Carrefour		
	4T 24	4T 23	Δ%	4T 24	4T 23	Δ%	4T 24	4T 23	Δ%	4T 24	4T 23	Δ%	4T 24	4T 23	Δ%
Vendas brutas	32.796	31.085	5,5%	23.266	21.230	9,6%	7.274	7.875	-7,6%	2.256	1.980	13,9%			
Vendas líquidas	29.654	28.062	5,7%	21.166	19.258	9,9%	6.521	7.060	-7,6%	1.966	1.744	12,7%			
Outras receitas (1)	1.643	1.552	5,9%	14	62	-77,9%	254	240	5,7%	34	25	37,2%	1.364	1.238	10,2%
Receitas totais	31.297	29.614	5,7%	21.180	19.319	9,6%	6.775	7.300	-7,2%	2.001	1.770	13,1%	1.364	1.238	10,2%
Lucro bruto	5.736	5.625	2,0%	3.269	3.058	6,9%	1.550	1.621	-4,4%	396	381	3,9%	544	578	-5,9%
Margem bruta	19,3%	20,0%	-0,7 p.p.	15,4%	15,9%	-0,4 p.p.	23,8%	23,0%	0,8 p.p.	20,1%	21,8%	-1,7 p.p.			
Despesas SG&A (2)	(3.837)	(3.770)	1,8%	(1.715)	(1.681)	2,0%	(1.344)	(1.436)	-6,4%	(312)	(269)	16,2%	(330)	(326)	1,2%
SG&A de vendas líquidas	12,9%	13,4%	-0,5 p.p.	8,1%	8,7%	-0,6 p.p.	20,6%	20,3%	0,3 p.p.	15,9%	15,4%	0,5 p.p.			
EBITDA ajustado (1) (2)	1.917	1.875	2,2%	1.557	1.381	12,7%	220	200	10,5%	84	113	-25,3%	214	252	-15,1%
Margem EBITDA aj.	6,5%	6,7%	-0,2 p.p.	7,4%	7,2%	0,2 p.p.	3,4%	2,8%	0,6 p.p.	4,3%	6,5%	(2,2 p.p.)			
Lucro líquido, controlador	1.163	(565)	n.m.												
Margem líquida	3,9%	-2,0%	n.m.												
Lucro líquido aj., controlador	1.770	520	240,5%												
Margem líquida ajustada	6,0%	1,9%	4,1 p.p.												

(1) inclui eliminação intragrupo de R\$ 23 milhões e R\$ 13 milhões entre Banco e Varejo no 4T 24 e 4T 23, respectivamente; (2) inclui despesas com funções globais de R\$ 136 milhões e R\$ 58 milhões no 4T 24 e 4T 23, respectivamente.

Em R\$ milhões	Consolidado			Cash & Carry			Varejo			Clube			Banco Carrefour		
	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	120.594	115.458	4,4%	86.020	79.110	8,7%	27.237	30.063	-9,4%	7.337	6.284	16,8%			
Vendas brutas ex gasolina	117.142	112.147	4,5%	86.020	79.110	8,7%	23.785	26.753	-11,1%	7.337	6.284	16,8%			
Vendas líquidas	109.311	103.912	5,2%	78.263	71.437	9,6%	24.598	26.949	-8,7%	6.450	5.526	16,7%			
Outras receitas (1)	6.325	5.947	6,4%	252	290	-13,2%	761	841	-9,6%	145	56	157,4%	5.215	4.793	8,8%
Receitas totais	115.636	109.859	5,3%	78.515	71.726	9,5%	25.358	27.790	-8,8%	6.595	5.583	18,1%	5.215	4.793	8,8%
Lucro bruto	21.175	20.672	2,4%	12.029	11.056	8,8%	5.662	6.422	-11,8%	1.347	1.136	18,6%	2.185	2.092	4,4%
Margem bruta	19,4%	19,9%	-0,5 p.p.	15,4%	15,5%	-0,1 p.p.	23,0%	23,8%	-0,8 p.p.	20,9%	20,5%	0,3 p.p.			
Despesas SG&A (2)	(14.767)	(15.038)	-1,8%	(6.815)	(6.562)	3,9%	(5.025)	(5.857)	-14,2%	(1.112)	(860)	29,4%	(1.295)	(1.351)	-4,1%
SG&A de vendas líquidas	13,5%	14,5%	-1 p.p.	8,7%	9,2%	-0,5 p.p.	20,4%	21,7%	-1,3 p.p.	17,2%	15,6%	1,6 p.p.			
EBITDA ajustado (1) (2)	6.482	5.717	13,4%	5.227	4.510	15,9%	694	633	9,7%	238	276	-13,8%	890	741	20,1%
Margem EBITDA aj.	5,9%	5,5%	0,4 p.p.	6,7%	6,3%	0,4 p.p.	2,8%	2,3%	0,5 p.p.	3,7%	5,0%	(1,3 p.p.)			
EBITDA Aj. Pré-IFRS16 (1) (2)	5.590	4.826	15,8%												
Margem EBITDA Aj. Pré-IFRS16	5,1%	4,6%	0,5 p.p.												
Lucro líquido, controlador	1.753	(795)	n.m.												
Margem líquida	1,6%	-0,8%	n.m.												
Lucro líquido aj., controlador	2.382	386	517,3%												
Margem líquida ajustada	2,2%	0,4%	2 p.p.												

(1) inclui eliminação intragrupo de R\$ 48 milhões e R\$ 34 milhões entre Banco e Varejo em 2024 e 2023, respectivamente; (2) inclui despesas com funções globais de R\$ 519 milhões e R\$ 418 milhões em 2024 e 2023, respectivamente.

### Sales Performance

	4T 23		4T 24			
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário	Lfl. c/ efeito Calendário e impacto works	Expansão	Total (%)
Cash and Carry	-1,8%	23.265	6,3%	6,8%	2,8%	9,6%
Varejo (s/ gasolina)	-5,5%	6.331	5,9%	5,4%	-15,3%	-10,0%
Gasolina	3,9%	944	10,3%	10,3%	1,7%	11,9%
Varejo (c/ gasolina)	-4,6%	7.275	6,5%	6,0%	-13,6%	-7,6%
Clube	8,0%	2.256	2,1%	1,9%	12,0%	13,9%
Consolidado (s/ gasolina)	-2,2%	31.852	6,0%	6,2%	-0,9%	5,3%
Consolidado (c/ gasolina)	-2,0%	32.795	6,1%	6,3%	-0,8%	5,5%
Fat. Banco Carrefour	n.a.	19.336	n.a.	n.a.	n.a.	15,8%

	2023		2024			
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário	Lfl. c/ efeito Calendário e impacto works	Expansão	Total (%)
Cash and Carry	-1,1%	86.020	5,4%	5,4%	3,3%	8,7%
Varejo (s/ gasolina)	-2,8%	23.785	3,4%	3,5%	-14,6%	-11,1%
Gasolina	-8,1%	3.452	2,2%	2,2%	2,1%	4,3%
Varejo (c/ gasolina)	-3,4%	27.237	3,2%	3,4%	-12,8%	-9,4%
Clube	5,0%	7.337	3,5%	3,5%	13,3%	16,8%
Consolidado (s/ gasolina)	-1,3%	117.142	4,9%	4,9%	-0,5%	4,5%
Consolidado (c/ gasolina)	-1,5%	120.594	4,8%	4,8%	-0,4%	4,4%
Fat. Banco Carrefour	n.a.	68.829	n.a.	n.a.	n.a.	14,4%

### Resultados Consolidados

Vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil totalizaram R\$ 32,8 bilhões no 4T 24, +5,5% vs. 4T 23, com crescimento de vendas Lfl. de +6,3% no Atacadão, +5,9% no Carrefour Varejo ex-gasolina e +2,1% no Sam's Club. Em 2024, as vendas do Grupo Carrefour Brasil somaram R\$120,6 bilhões, +4,4% vs. 2023, com crescimento de vendas Lfl. de 5,4% no Atacadão, +3,4% no Carrefour Varejo (ex-gasolina) e 3,5% no Sam's Club. A inflação alimentar média a/a foi +4,5% em 2024 (+8,0% no 4T 24) e encerrou o período em +8,2% a/a em dezembro (fonte: IBGE).

E-commerce GMV atingiu R\$ 3,4 bilhões no 4T 24 (10,5% das vendas), um aumento de +19,3% vs. ano passado, impulsionado principalmente pelo crescimento de +43,4% a/a nas vendas 1P alimentar, atingindo R\$ 2 bilhões no trimestre. Em 2024, o GMV do e-commerce foi de R\$ 11,7 bilhões, 30,2% maior a/a, impulsionado pelo 1P alimentar, com crescimento de 64,2% vs. 2023, alcançando R\$ 6,4 bilhões.

Lucro Bruto foi R\$ 5,7 bilhões no 4T 24, +2,0% a/a, equivalente a uma margem bruta de 19,3%, -0,7 p.p. menor que no 4T 23 em razão da maior contribuição de receita pelo Atacadão (que tem margem bruta menor vs. Varejo e Sam's Club) e a menor margem financeira no Banco Carrefour (impactada pela nova regulação de limite de taxa de juros). O lucro bruto em 2024 foi de R\$ 21,2 bilhões, +2,4% a/a com margem em 19,4%, -0,5 p.p. a/a.

SG&A totalizaram R\$ 3,8 bilhões no 4T 24, crescendo apenas 1,8% conforme focamos em ganhos de eficiência e disciplina de custos em todas as nossas unidades de negócio, exceto Sam's Club, onde investimos na expansão da nossa base de membros e captura de efeitos de rede. O SG&A como % das vendas líquidas teve queda de -0,5 p.p. vs 4T 24. Em 2024, o SG&A somou R\$ 14,8 bilhões, -1,8% de redução a/a, representando 13,5% das vendas líquidas, uma redução forte de -1,0 p.p. conforme continuamos buscando oportunidades de corte de custos, capturamos sinergias e absorvemos os benefícios da alavancagem operacional pelo crescimento de vendas e maturação das lojas convertidas.

EBITDA Aj. somou R\$ 1,9 bilhão no 4T 24, +2,2% a/a, com margem de 6,5%, -0,2 p.p. vs 4T 23, devido a menores margens no Banco Carrefour e no Sam's Club. O EBITDA Ajustado em 2024 foi de R\$ 6,5 bilhões, um aumento de 13,4% vs. 2023 com 5,9% de margem, +0,4 p.p. a/a.

Sinergias capturadas no 4T 24 somaram R\$ 725 milhões, atingindo R\$ 2,9 bilhões em uma base anualizada, se aproximando da meta de 2025 anunciada no Fato Relevante de 22/07/2024.

Resultados 2024 demonstraram a habilidade do Grupo Carrefour Brasil em continuar a crescer (receitas totais +5,3% a/a) ao mesmo tempo em que expande rentabilidade (crescimento de EBITDA de 13,4% e margem +0,4 p.p.), focando na disciplina de custos e ganhos de eficiência (SG&A como % das vendas líquidas com queda de 1 p.p.), investindo em formatos vencedores (Atacadão: +19 novas lojas e Sam's Club: +7 novas lojas) e condições competitivas para nossos clientes.

#### Destaques por segmento

**ATACADÃO** (Cash & Carry – 71% das vendas)

Em R\$ milhões	Cash & Carry		
	4T 24	4T 23	Δ%
Vendas brutas	23.266	21.230	9,6%
Vendas líquidas	21.166	19.258	9,9%
Receitas totais	21.180	19.319	9,6%
Lucro bruto	3.269	3.058	6,9%
Margem bruta	15,4%	15,9%	-0,4 p.p.
Despesas SG&A	(1.715)	(1.681)	2,0%
SG&A de vendas líquidas	8,1%	8,7%	-0,6 p.p.
EBITDA ajustado	1.557	1.381	12,7%
Margem EBITDA aj.	7,4%	7,2%	0,2 p.p.

Vendas totalizaram R\$ 23,3 bilhões, 9,6% acima do 4T 23, impulsionadas pelo crescimento das vendas Lfl. de +6,3% a/a e expansão de +2,8%, com adição líquida de 18 novas lojas C&C nos últimos 12 meses. Como subconjunto de nosso desempenho Lfl., as antigas lojas do Grupo BIG convertidas em Atacadão, responsáveis por 11% das vendas do segmento, apresentaram sólido crescimento Lfl. de +14,3% durante o trimestre, em cima de um crescimento Lfl. do ano passado de +16,8%, maturando como esperado e atingindo 80% da meta de produtividade (R\$ 28,8k/m2 em dez-24 anualizado vs. meta de R\$ 35k/m2/ano). No 4T 24, pelo terceiro trimestre consecutivo, o Atacadão entregou crescimento Lfl. acima do mercado, com desempenho especialmente forte durante a Black Friday. A inflação alimentar acelerou na comparação m/m durante o trimestre, também contribuindo para o desempenho positivo de volume B2B.

Em linha com nossa estratégia de aumentar o tráfego de clientes B2C, adicionamos serviços (padaria, açougue e fatiados) em 157 lojas até o final de dezembro, finalizando o plano do ano.

Expansão: no 4T 24, inauguramos 5 novas lojas Cash & Carry, sendo 1 conversão de hipermercado Carrefour e 3 conversões de supermercado Bompreço, e 1 nova loja orgânica. Finalizamos 2024 com 19 aberturas de lojas C&C.

Lucro bruto atingiu R\$ 3,3 bilhões no 4T 24, um crescimento de 6,9% vs. último ano. A margem bruta foi de 15,4%, 0,4 p.p. abaixo do 4T 23, em razão do sucesso da campanha de Black Friday e mudanças no mix de produtos.

SG&A: as despesas totalizaram R\$ 1,7 bilhão no trimestre, 2,0% maior vs. 4T 23, abaixo do crescimento da inflação de custos, apesar das aberturas de lojas nos últimos 12 meses e da aceleração na adição de serviços às nossas lojas. O SG&A representou 8,1% da receita líquida, 0,6 p.p. menor vs. 4T 23, pela maturação contínua de novas lojas e ganhos de eficiência.

EBITDA Aj. foi R\$ 1,6 bilhão, +12,7% maior que o 4T 23, refletindo a maturação das lojas convertidas e maior volume. A margem EBITDA foi 7,4% no 4T 24, 0,2 p.p. maior que o 4T 23.

Rentabilidade a nível loja permaneceu forte. As lojas convertidas do antigo BIG continuaram a maturar, entregando margem EBITDA de 5,4% no trimestre (vs. 5,0% no 4T 23 e 4,2% no 3T 24). Quando comparado ao 4T 23, a rentabilidade do legado foi marginalmente impactado pela implementação de serviços (padaria, açougue e fatiados) em um número significativo de lojas no 2S 24, que estão em maturação. Esses serviços somam ao SG&A à nível loja enquanto a respectiva contribuição em receita matura com o tempo (até 6 meses).

Resultados 2024: entregamos crescimento e maior rentabilidade, refletindo nossas novas iniciativas para fortalecer a posição de liderança de mercado, com foco na eficiência e maturação das lojas convertidas do antigo Grupo BIG. Vendas brutas atingiram R\$ 86 bilhões em 2024, +8,7% a/a (+5,4% de crescimento Lfl., acima da inflação de alimentos média do ano) e EBITDA aj. de R\$ 5,2 bilhões em 2024, 15,9% maior que 2023, com margem EBITDA em 6,7%, +0,4 p.p. a/a.

continua

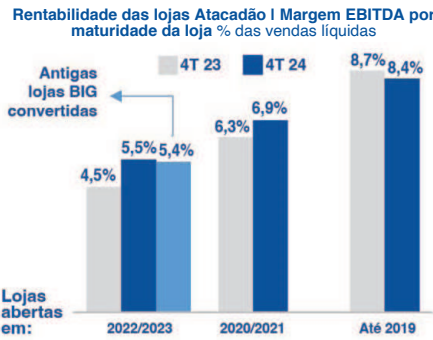
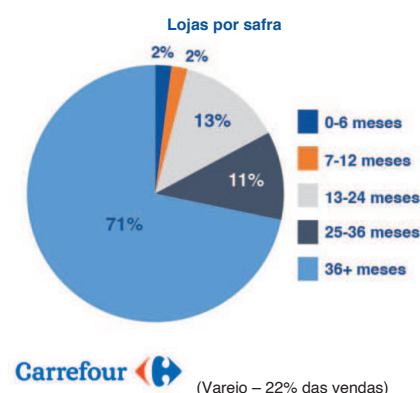


continuação



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09



**Vendas** mantiveram ritmo forte de crescimento com +5,9% de crescimento LfL ex-gasolina (6,5% incl. gasolina). O crescimento LfL de *mid-single digit* demonstra um momento positivo pós ajustes do portfólio e revisão da estratégia de preços no Varejo. Tanto itens alimentares como não alimentares apresentaram níveis similares de crescimento LfL, de +7,0% a/a e +4,4% a/a, respectivamente. Vendas totais foram de R\$ 7,3 bilhões, -7,6% a/a pela redução de 24% na área de vendas a/a devido os ajustes de portfólio. A penetração das vendas digitais nas vendas totais do Varejo foi de 19,4% no 4T 24 (+1,2 p.p. a/a). A penetração do e-commerce nas vendas de alimentos foi de 9,5% (+2,1 p.p. a/a).

**Expansão** como parte do nosso plano de otimização do portfólio de ativos e simplificação da estrutura do formato, convertimos 22 lojas do Varejo nos últimos 12 meses (14 hipers + 8 supers) em lojas Atacadão e Sam's Club, fechamos 136 lojas (17 hipers + 119 supers) e finalizamos a parceria no estado de Minas Gerais de operação de 15 supermercados. Também anunciamos a venda ou fechamento de todos os 64 supermercados restantes da rede Bompreço e Nacional ao final do 1S 25 (34 acordos de venda assinados até a data, dos quais 5 efetivamente fechados ou vendidos até dez-24).

**Lucro bruto** atingiu R\$ 1,6 bilhão no 4T 24, com margem bruta de 23,8%, 0,8 p.p. maior que no 4T 23, como resultado de melhores negociações com fornecedores e menores perdas operacionais. **SG&A** somaram R\$ 1,3 bilhão, uma queda de -6,4% a/a. Como % das vendas líquidas, o SG&A foi de 20,6% no 4T 24, levemente maior a/a (+0,3 p.p.) dado que 2023 foi impactado pela reversão do pagamento de bônus aos funcionários.

**EBITDA Aj.** atingiu R\$ 220 milhões, crescendo 10,5% a/a e representando uma margem de 3,4%, expansão de +0,5 p.p. vs. 4T 23. **Resultados 2024** demonstraram uma combinação de aceleração do crescimento LfL, especialmente a partir do 2T 24, e melhoria da rentabilidade, refletindo os ajustes feitos em nossa estratégia do Varejo este ano: (i) ajuste de sortimento e preço para aumentar a competitividade do formato, (ii) revisão do portfólio, (iii) controle de custos e (iv) ganhos de eficiência. Juntas as iniciativas resultaram em crescimento LfL de 3,4% no ano (3,2% incl. gasolina), redução de SG&A de 14,2% vs. 2023 (-1,3 p.p. como % das vendas líquidas) e crescimento de 9,7% no EBITDA aj., atingindo R\$ 694 milhões, com margem de 2,8%, +0,5 p.p. acima de 2023.

Em R\$ milhões	Varejo			2024			2023		
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	7.274	7.875	-7,6%	27.237	30.063	-9,4%			
Vendas líquidas	6.521	7.060	-7,6%	24.598	26.949	-8,7%			
Receitas totais	6.775	7.300	-7,2%	25.358	27.790	-8,8%			
Lucro bruto	1.550	1.621	-4,4%	5.662	6.422	-11,8%			
Margem bruta	23,8%	23,0%	0,8 p.p.	23,0%	23,8%	-0,8 p.p.			
Despesas SG&A	(1.344)	(1.436)	-6,4%	(5.025)	(5.857)	-14,2%			
SG&A de vendas líquidas	20,6%	20,3%	0,3 p.p.	20,4%	21,7%	-1,3 p.p.			
EBITDA ajustado	220	200	10,5%	694	633	9,7%			
Margem EBITDA aj.	3,4%	2,8%	0,6 p.p.	2,8%	2,3%	0,5 p.p.			

**sam's club** (Clube - 7% das vendas)

**Vendas** no 4T 24 atingiram R\$ 2,3 bilhões, +13,9% vs. 4T 23, combinando expansão (+7 lojas vs. 4T 23) e crescimento LfL de +2,1% a/a. Os esforços para expansão da base ativa de sócios, em vigor desde 2S 22, resultaram em aumento de 14,1% a/a no número de clientes ativos em dez-24. Produtos marca própria ganharam relevância em penetração de vendas no trimestre, com crescimento de +3,8 p.p. a/a, alcançando 25,0% das vendas. Vendas via canal digital somaram 5,5% do total de vendas, aumento de 0,6 p.p. na penetração a/a.

**Expansão:** no 4T 24 não tivemos aberturas de novas lojas do Sam's Club dado que completamos o plano de abertura do ano no 3T24. Ao final de dezembro, operávamos 58 lojas Sam's Club, adicionando 7 lojas no ano.

**Lucro bruto** atingiu R\$ 396 milhões no 4T 24, com margem bruta de 20,1%, uma queda de 1,7 p.p. vs. 4T 23, explicada pela forte campanha de Black Friday e nossos esforços promocionais nas lojas abertas recentemente.

**SG&A** somaram R\$ 312 milhões, +16,2% a/a, em grande parte explicado pelo efeito dilutivo da maturação de novas lojas. Como % das vendas líquidas, o SG&A foi 15,9% no 4T 24, 0,5 p.p. maior a/a, dado que novas lojas tiveram maior participação na área de vendas no ano.

**EBITDA Aj.** somou R\$ 84 milhões, com margem EBITDA em 4,3%.

**Resultado 2024** refletiu os investimentos que fizemos na expansão de Clubes, base de sócios e melhora da experiência do cliente, tanto online como na loja. As vendas brutas foram de R\$ 7,3 bilhões em 2024, +16,8% a/a, com EBITDA Aj. no ano de R\$ 238 milhões e 3,7% de margem.

Em R\$ milhões	Sam's Club			2024			2023		
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	2.256	1.980	13,9%	7.337	6.284	16,8%			
Vendas líquidas	1.966	1.744	12,7%	6.450	5.526	16,7%			
Receitas totais	2.001	1.770	13,1%	6.595	5.583	18,1%			
Lucro bruto	396	381	3,9%	1.347	1.136	18,6%			
Margem bruta	20,1%	21,8%	-1,7 p.p.	20,9%	20,5%	0,3 p.p.			
Despesas SG&A	(312)	(269)	16,2%	(1.112)	(860)	29,4%			
SG&A de vendas líquidas	15,9%	15,4%	0,5 p.p.	17,2%	15,6%	1,6 p.p.			
EBITDA ajustado	84	113	-25,3%	238	276	-13,8%			
Margem EBITDA aj.	4,3%	6,5%	-2,2 p.p.	3,7%	5,0%	-1,3 p.p.			



Em R\$ milhões	Carrefour Banco			2024			2023		
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Faturamento cartão Carrefour	10.858	9.897	9,7%	38.858	35.912	8,2%			
Faturamento cartão Atacadão	7.319	6.018	21,6%	25.972	21.776	19,3%			
Faturamento cartão Sam's Club	706	427	65,5%	2.181	1.125	93,8%			
Outros produtos <sup>(1)</sup>	453	360	25,8%	1.818	1.345	35,1%			
Faturamento Total	19.337	16.702	15,8%	68.829	60.158	14,4%			
Total da carteira de crédito	28.376	24.219	17,2%	28.376	24.219	17,2%			

(1) Outros produtos incluem crédito consignado, empréstimo pessoal e pagamento de contas com o cartão. **Faturamento** somou R\$ 19,3 bilhões no 4T 24, +15,8% a/a, devido ao crescimento de 21,6% no faturamento do cartão Atacadão e 9,7% no cartão Carrefour. O cartão Sam's Club continua maturando, e o faturamento cresceu 65,5% a/a, alcançando R\$ 706 milhões no trimestre. O faturamento *on-us* cresceu 1,5% a/a no 4T 24, impactado por menos lojas de Varejo enquanto vendas *off-us* continuou forte, crescendo 19,6% a/a no trimestre. Continuamos desenvolvendo e ofertando outros produtos financeiros no Banco Carrefour, diversificando nosso portfólio de produtos, que cresceu 25,8% a/a principalmente por empréstimos pessoais. A carteira de crédito ficou em R\$ 28,4 bilhões (IFRS9), +17,2% a/a, refletindo nossa habilidade de captar novos clientes em lojas recém convertidas. **Inadimplência:** continuamos a ver tendência positiva nos índices de NPL, que apresentaram queda no 4T 24, tanto sequencial como anualmente. O índice *Over 30* (BACEN) atingiu 14,2% no 4T 24, -0,6 p.p. menor a/a e -0,7 p.p. menor t/t. O índice *Over 90* (BACEN) também continuou melhorando, com redução de -0,6 p.p. a/a e t/t, alcançando 11,6% no 4T 24.

Em R\$ milhões	4T 24			2024			2023		
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%	2024	2023	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.364	1.238	10,2%	5.215	4.793	8,8%			
Carga de risco	(820)	(661)	24,1%	(3.030)	(2.701)	12,2%			
Resultado bruto da intermediação financeira	544	578	-5,9%	2.185	2.092	4,4%			
Despesas VG&A	(330)	(326)	1,2%	(1.295)	(1.351)	-4,1%			
EBITDA ajustado	214	252	-15,1%	890	741	20,1%			
Despesa com depreciação e amortização	(19)	(20)	-5,0%	(89)	(80)	11,3%			
EBIT ajustado	196	233	-15,9%	802	661	21,3%			
Lucro líquido (100%)	32	95	-66,3%	381	320	19,1%			

**Recita Operacional** Líquida totalizou R\$ 1,4 bilhão no 4T 24, +10,2% a/a, refletindo o crescimento do nosso portfólio de crédito, parcialmente compensado pelo efeito da nova regulamentação de teto de taxa juros (Resolução 5.112/2023). No 4T 24 100% do nosso portfólio já estava dentro da nova regulamentação de taxa de juros. Novos produtos continuaram a apresentar crescimento forte de receitas: receita com empréstimo pessoal cresceu 28% a/a, seguido por seguro +21% a/a e *interchange* +18% a/a.

**Carga de Risco** totalizou R\$ 820 milhões no 4T 24, aumentando 24,1% vs. 4T 23, em razão do crescimento no portfólio. Outros fatores que impactaram a comparação a/a foram (i) o efeito positivo do programa *Desenrola* no 4T 23 e (ii) a deterioração do cenário macroeconômico no 4T 24 que aumentou o custo para empréstimos no nosso modelo de risco. Novos clientes capturados em lojas convertidas tiveram contribuição líquida positiva para a margem financeira no trimestre.

**Margem financeira** foi de 39,9% no 4T 24, 6,7 p.p. menor que no 4T 23, refletindo o impacto da nova regulamentação de teto de taxa de juros, que foi parcialmente compensado pela diversificação de produtos.

**SG&A** aumentou 1,2% a/a atingindo R\$ 330 milhões no 4T 24, graças à disciplina de custos, pilar relevante para mitigar o impacto da nova regulamentação de teto de taxa de juros. Continuamos investindo na captação de clientes em lojas convertidas (R\$ 49,3 milhões no 4T 24 vs. R\$ 47,9 milhões no 4T 23) e crescimento do portfólio. O Banco Carrefour apresenta índice de eficiência de 28,0% (29,0% no 4T 23), referência na categoria e inferior aos maiores bancos e *fintechs* do Brasil.

**EBITDA Aj.** somou R\$ 214 milhões no trimestre, queda de 15,1% a/a.

**Lucro líquido** somou R\$ 32 milhões no trimestre, entregando um ROAE anualizado de 13,1%.

**Resultado 2024** apresentou um crescimento de 20,1% de EBITDA e 19,1% de crescimento de lucro líquido, apesar dos desafios regulatórios decorrentes da nova regulamentação de teto de juros em vigor desde jan-24. Esses resultados refletem os esforços para mitigar o impacto da nova regulamentação, entre os quais vale destacar (i) diversificação de receitas (outros produtos cresceram 35,1% vs. 2023), (ii) controle de custos (SG&A 4,1% menor a/a) e capacidade de crescimento (carteira de crédito aumentou 17,2% a/a) mantendo uma carteira saudável (redução da inadimplência a/a ao longo de 2024).

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS (após EBITDA aj.)

Em R\$ milhões	4T 24			2024			2023		
	4T 24	4T 23	Δ milhões de R\$	2024	2023	Δ milhões de R\$	2024	2023	Δ milhões de R\$
Outras receitas e despesas operacionais	(438)	(1.122)	684	(375)	(933)	558			
Custos de reestruturação	(81)	(41)	(40)	(139)	(203)	64			
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(611)	(1.202)	591	(751)	(1.408)	657			
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	5	138	(133)	240	569	(329)			
Outros	249	(17)	266	275	109	251			
Outras receitas e despesas operacionais	(438)	(1.122)	684	(375)	(933)	558			

Outras despesas operacionais somaram R\$ 438 milhões no 4T 24 explicadas por: (i) R\$ 81 milhões de despesas relacionadas a custos de reestruturação, principalmente pacotes de indenização, conforme simplificamos nossas operações; (ii) R\$ 611 milhões em perdas líquidas na venda de ativos, das quais: a) R\$ 410 milhões em despesas relacionadas à venda ou fechamento de supermercados como anunciado no Comunicado ao Mercado publicado em 3 de dezembro de 2024: R\$ 198 milhões em despesas caixa relacionadas a (i) multas de rescisão de alugueis (R\$ 123 milhões), (ii) reforma de lojas para devolução ao locatário (R\$ 47 milhões), pacotes de indenização (R\$ 28 milhões) e R\$ 212 milhões em despesas não caixa relacionadas a *impairment* de ativos e valor de marca; b) R\$ 197 milhões em despesas relacionadas à baixa de ativos e sistemas de lojas convertidas do segmento de Varejo para lojas Atacadão ou Sam's Club; c) R\$ 72 milhões de perda por redução ao valor recuperável do ágio do investimento na E-Wally; d) R\$ 42 milhões em despesas relacionadas a baixa de ativos de projetos em desenvolvimento no Banco Carrefour; e) R\$ 110 milhões de ganhos não caixa pela transação de *sale e leaseback*.

(iii) 5 milhões de ganho líquido relacionado a demandas judiciais; e (iv) R\$ 249 milhões de outras receitas, compostas principalmente por um ganho de R\$ 258 milhões relacionado à decisão favorável sobre a não tributação de vendas pelo PIS/COFINS na Zona Franca de Manaus. É importante notar que as linhas de outras despesas operacionais devem continuar a ser impactadas por despesas adicionais relacionadas a vendas ou fechamentos das lojas de supermercado nos próximos meses, impactando os números de 1T 25 e 2T 25, momento em que o processo deve ser finalizado. **Outras despesas operacionais de 2024** somaram R\$ 375 milhões, pela continuidade da simplificação das operações, ajustes e otimização do portfólio de lojas e reversão de provisões, principalmente aquelas constituídas no contexto da aquisição de BIG.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi de R\$ (623) milhões, R\$ 135 milhões menor a/a. O custo da dívida permaneceu em linha a 2023, dado que a redução nas taxas no empréstimo *intercompany* compensou o aumento das despesas pelo maior custo e saldo da dívida. O custo da antecipação de recebíveis de cartão de crédito aumentou em linha com o saldo do trimestre. As despesas com alugueis caíram 4,1% a/a, pelos fechamentos e vendas de lojas do Varejo, parcialmente compensado pela nova operação de *sale e leaseback* anunciada em outubro e concluída em dezembro. As receitas financeiras cresceram 10,2% no 4T 24, pelo maior saldo médio de caixa no período. Os juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais, assim como outras despesas, geraram um ganho líquido de R\$ 85 milhões, explicado por ajustes monetários positivos em créditos tributários.

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto (líquido de derivativos)	(519)	(525)	-1,1%	(2.215)	(2.191)	1,1%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(122)	(82)	48,8%	(347)	(224)	54,9%
Receita financeira	97	88	10,2%	409	349	17,2%
Custo da dívida, Líquido (c/ recebíveis descontados)	(544)	(519)	4,8%	(2.153)	(2.066)	4,2%
Despesas com juros sobre alugueis (IFRS 16)	(164)	(171)	-4,1%	(647)	(650)	-0,5%
Custo da dívida, Líquido (c/ alugueis e recebíveis descontados)	(708)	(690)	2,6%	(2.800)	(2.716)	3,1%
Juros líquidos sobre provisões, depósitos judiciais e outros	85	(68)	-225,0%	36	(162)	-122,2%
Resultado financeiro líquido	(623)	(758)	-17,8%	(2.764)	(2.878)	-4,0%

Em 2024 o resultado financeiro líquido totalizou R\$ (2,8) bilhões, em linha com 2023.

Imposto de Renda

O imposto de renda e contribuição social apresentou ganho de R\$ 777 milhões no 4T 24 (vs. despesa de R\$ 43 milhões no 4T 23), impactado por R\$ 1.006 milhões do reconhecimento de ativos tributários diferidos de perdas acumuladas do Grupo BIG e R\$ 68 milhões em razão do anúncio de distribuição de JCP em dez-24. É importante mencionar que em junho, iniciamos a amortização do ágio da fusão das operações do Grupo BIG (R\$ 69 milhões de impacto caixa no trimestre).

Ajustando para o impacto de itens não recorrentes (outras receitas/despesas) e impostos diferidos no contexto de amortização do ágio, o ganho tributário seria de R\$ 947 milhões.

**Ganho fiscal 2024** somou R\$ 433 milhões, impactada por R\$ 1.088 milhões relacionados ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados a perdas acumuladas pelo antigo Grupo BIG e R\$ 68 milhões em razão do anúncio de distribuição de JCP.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

Lucro Líquido Ajustado proporciona uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado pela dedução das demais receitas e despesas operacionais (não recorrentes) e do correspondente efeito financeiro e tributário do lucro líquido. O lucro líquido ajustado do 4T 24 foi de R\$ 1,8 bilhão, 3,4x maior vs. 2023. Despesas não recorrentes totalizaram R\$ 438 milhões e o respectivo ajuste tributário foi de R\$ 170 milhões, uma vez que parte dos ganhos incorridos nas entidades legais não apresentaram lucro antes do imposto de renda positivo no trimestre.

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro líquido, controladores	1.163	(565)	-305,8%	1.753	(795)	-320,5%
(+/-) Outras receitas (despesas)	438	1.122	-61,0%	375	933	-59,8%
(+/-) Opex Integração	-	-	n.a.	-	178	-100,0%
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(1)	-	n.a.	(13)	(12)	12,7%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	170	(37)	-558,3%	267	81	227,8%
Lucro líquido ajustado, controladores	1.770	520	240,5%	2.382	386	517,3%
Margem líquida	6,0%	1,9%	4,1 p.p.	2,2%	0,4%	1,8 p.p.

(1) Retorna impostos em ganhos (despesas) não-recorrentes e impostos diferidos no contexto de amortização fiscal do ágio (Nota 17 dos Demonstrativos Financeiros)

**Lucro líquido ajustado 2024** foi de R\$ 2,4 bilhões, equivalente a uma margem líquida de 2,2%. O resultado de 2024 foi 6,2x o resultado de 2023, em razão de uma combinação de melhor resultado operacional e normalização das despesas fiscais.

DESTAQUES DO FLUXO DE CAIXA

Capital de giro operacional

O capital de giro antes de recebíveis representou um recurso líquido de R\$ 7,1 bilhões, ou 28 dias, 4 dias a menos vs. 4T 23. Os níveis de estoque no fim do trimestre foram em linha com 2023, em 49 dias. Contas a pagar no final de dezembro caíram R\$ 178 milhões, ou 3 dias, à medida que balanceamos os preços das mercadorias e os prazos de pagamento com os fornecedores. As contas a receber (após a antecipação de recebíveis) totalizaram R\$ 2,0 bilhões, ou 8 dias no trimestre, em linha com o 4T 23.

	4T 24		3T 24		2T 24		1T 24		4T 23	
	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias
(+) Estoques	12.292	49	13.188	54	12.413	51	14.324	62	11.728	49
(-)										



continuação



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

## AVANÇOS EM ESG

O Grupo Carrefour Brasil encerrou o ano fiscal de 2024 com avanços importantes em sua agenda de ESG. A Companhia manteve o compromisso com seus três pilares estratégicos e se consolidou como referência em práticas ESG no varejo brasileiro, com conquistas relevantes. Dentre as iniciativas de 2024, destacamos:

**Luta contra fome e desigualdades:** doação de 6.500 toneladas de alimentos em 2024, +47% vs. 2023.

**Parceria com Ministério de Desenvolvimento Social:** o GCB contratou mais de 53.000 beneficiários de programas sociais governamentais, 5,3x mais que o compromisso inicial de contratação de 10.000 beneficiários.

**Escola Social do Varejo:** 527 estudantes treinados por mais de 300 horas nos estados da Bahia e Pernambuco em 2024, recebendo a certificação emitida pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ao longo dos 14 anos do projeto, mais de 12.000 jovens foram treinados pela Escola Social do Varejo.

**Diversidade e Inclusão:** no 4T 24 lançamos o programa "Mulheridades", com 1.000 vagas, o programa almeja empoderar mulheres e desenvolver as funcionárias do Grupo, além de contar com 6 executivas de diferentes áreas da Companhia como âncoras. Com relação aos nossos objetivos de diversidade e inclusão para 2024, encerramos o ano com os seguintes resultados:

**(i) Equidade de gênero:** finalizamos o ano com 32,6% de mulheres em posições de liderança (vs. meta de 36%) e 21,6% de mulheres em posições executivas (vs. meta de 25%) no Grupo Carrefour Brasil;

**(ii) Equidade racial:** finalizamos o ano com 35,1% de pessoas negras em posições de liderança (vs. meta de 35%) e 14,4% de pessoas negras em posições executivas (vs. meta de 13%) no Grupo Carrefour Brasil.

## Proteção do planeta e biodiversidade:

**Mudanças climáticas e biodiversidade:** avançamos em nossa estratégia de descarbonização, reduzindo as emissões em 47% nos escopos 1 e 2 no ano de 2024, 9 p.p. acima da meta do ano (redução de 38%). Além disso, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo foi incluído na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, que reúne empresas com boas práticas na gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa. Além disso, conforme anunciado no Comunicado ao Mercado de 06/02/25, o Grupo foi incluído na 'Lista A' do CDP (Carbon Disclosure Program) Climate Change, estando entre as empresas líderes em transparência e práticas sustentáveis eficazes, sendo o varejista de alimentos mais bem classificado no Brasil.

**Luta contra desmatamento:** ao final do 4T 24, 100% dos fornecedores de frigoríficos estavam em conformidade com nossa política, com monitoramento da carne realizado e cada lote enviado ao Grupo verificado duas vezes. Neste trimestre, analisamos 14.046.525,54 hectares em 13.132 fazendas. Em 2024, analisamos 24.631.945,74 hectares e 31.802 fazendas, um aumento de 9,7% em relação a 2023. Encerramos o ano com 18 frigoríficos ativos e 11 bloqueados por não atenderem aos critérios de compra do Grupo. Informações adicionais por bioma e a lista de fornecedores ativos estão disponíveis na plataforma de transparência de carne.

**Produtos certificados:** em 2024 vendemos R\$ 1,7 bilhão de produtos certificados (que inclui produtos orgânicos, itens de pesca responsável, madeira e subprodutos de papel certificados e produtos de marca própria), ultrapassando o objetivo do ano em 146%.

## REDE DE LOJAS

Atualmente operamos  
1.007 lojas com área  
total de vendas de  
3.147.355 m²

No 4T 24, abrimos 5 novas lojas Cash & Carry (1 abertura orgânica e 4 conversões do formato de Varejo) nos estados de Pernambuco (3), Rio de Janeiro (1) e Roraima (1). Encerramos o ano de 2024 com 19 novas lojas Atacadão e 7 novas lojas Sam's Club, cumprindo o plano de expansão do ano enquanto otimizamos o portfólio de lojas de Varejo, com 191 lojas desse formato convertidas, vendidas ou fechadas.

Número de lojas	Dez. 23	Aberturas	Fechamentos	Dez. 24
Atacadão	361	19	(1)	379
Atacado de entrega	33			33
Sam's Club	51	7		58
Hipermercados	143		(31)	112
Supermercados	207		(127)	80
Lojas de conveniência	174	2	(33)	143
Drogarias	119		(20)	99
Postos de combustível	100	5	(2)	103
<b>Grupo</b>	<b>1.188</b>	<b>33</b>	<b>(214)</b>	<b>1.007</b>

Área de vendas (m²)	Dez. 23	Dez. 24	Δ (%)
Atacadão	1.816.249	1.875.962	3,3%
Sam's Club	288.855	321.822	11,4%
Hipermercados	919.334	753.377	-18,1%
Supermercados	234.831	121.175	-48,4%
Lojas de conveniência	29.557	28.090	-5,0%
Drogarias	7.690	6.448	-16,2%
Postos de combustível	39.449	40.482	2,6%
<b>Área de vendas total</b>	<b>3.335.965</b>	<b>3.147.355</b>	<b>-5,7%</b>

## INFORMAÇÕES SOBRE VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

## Streaming de Vídeo

Inglês	10h00 - Brasília
Português	08h00 - Nova York
19 de fevereiro de 2025	13h00 - Londres
(Quarta-feira)	14h00 - Paris

## INFORMAÇÕES SOBRE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

**Eric Alencar**  
Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores (DRI)  
Time RI - Telefone: +55 11 2103-5200 - E-mail: ribrasil@carrefour.com  
Website: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

## ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	32.796	31.085	5,5%	120.594	115.458	4,4%
Vendas líquidas	29.654	28.062	5,7%	109.311	103.912	5,2%
Outras receitas	1.643	1.552	5,9%	6.325	5.947	6,4%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>31.297</b>	<b>29.614</b>	<b>5,7%</b>	<b>115.636</b>	<b>109.859</b>	<b>5,3%</b>
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(25.561)	(23.989)	6,6%	(94.461)	(89.198)	5,9%
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.736</b>	<b>5.625</b>	<b>2,0%</b>	<b>21.175</b>	<b>20.661</b>	<b>2,5%</b>
Margem bruta	19,3%	20,0%	-0,7 p.p.	19,4%	19,9%	-0,5 p.p.
Despesas de VG&A	(3.837)	(3.770)	1,8%	(14.767)	(15.091)	-2,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.917</b>	<b>1.875</b>	<b>2,2%</b>	<b>6.482</b>	<b>5.654</b>	<b>14,6%</b>
Margem EBITDA ajustada	6,5%	6,7%	-0,2 p.p.	5,9%	5,4%	0,5 p.p.
Depreciação e amortização	(436)	(448)	-2,7%	(1.760)	(1.854)	-5,1%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2)	-100,0%	(2)	(5)	-60,0%
Outras receitas (despesas)	(438)	(1.122)	-61,0%	(375)	(870)	-56,9%
<b>EBITDA</b>	<b>1.479</b>	<b>753</b>	<b>96,4%</b>	<b>6.107</b>	<b>4.784</b>	<b>27,7%</b>
Margem EBITDA	5,0%	2,7%	2,3 p.p.	5,6%	4,6%	1,0 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>1.025</b>	<b>283</b>	<b>262,2%</b>	<b>4.271</b>	<b>2.841</b>	<b>50,3%</b>
Despesas financeiras líquidas	(623)	(758)	-17,8%	(2.764)	(2.878)	-4,0%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	402	(475)	-184,6%	1.507	(37)	-4.173,0%
Imposto de renda	777	(43)	-1.907,0%	433	(602)	-171,9%
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.179</b>	<b>(518)</b>	<b>-327,6%</b>	<b>1.940</b>	<b>(639)</b>	<b>-403,6%</b>
<b>Lucro líquido, controladores</b>	<b>1.163</b>	<b>(565)</b>	<b>-305,8%</b>	<b>1.753</b>	<b>(795)</b>	<b>-320,5%</b>
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	16	47	-66,0%	187	156	19,9%

## RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.179</b>	<b>(518)</b>	<b>-327,6%</b>	<b>1.940</b>	<b>(639)</b>	<b>-403,6%</b>
Imposto de renda	777	(43)	-1.907,0%	433	(602)	-171,9%
Despesas financeiras líquidas	(623)	(758)	-17,8%	(2.764)	(2.878)	-4,0%
Depreciação e amortização	(436)	(448)	-2,7%	(1.760)	(1.854)	-5,1%
Depreciação e amortização (CMV)	(18)	(20)	-10,0%	(74)	(84)	-11,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2)	n.a.	(2)	(5)	-60,0%
<b>EBITDA</b>	<b>1.479</b>	<b>753</b>	<b>96,4%</b>	<b>6.107</b>	<b>4.784</b>	<b>27,7%</b>
Outras receitas (despesas) <sup>(1)</sup>	(438)	(1.122)	-61,0%	(375)	(933)	-59,8%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.917</b>	<b>1.875</b>	<b>2,2%</b>	<b>6.482</b>	<b>5.717</b>	<b>13,4%</b>

(1) Para 2023, inclui R\$ 64 mi em despesas com consultoria e outras não recorrentes relacionadas ao processo de integração.

## ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - ATIVOS

Em R\$ Milhões	Dez. 24	Dez. 23
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalente de caixa	15.207	12.029
Títulos e valores mobiliários	1	272
Contas a receber	2.626	2.534
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	17.782	15.297
Estoques	12.592	11.728
Impostos a recuperar	1.024	1.056
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	230	138
Instrumentos financeiros derivativos	524	-
Despesas antecipadas	347	220
Outras contas a receber	512	614
Ativos mantidos para venda	365	755
<b>Ativo Circulante</b>	<b>51.210</b>	<b>44.643</b>
Contas a receber	7	8
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	1.007	1.005
Instrumentos financeiros derivativos	3	-
Títulos e valores mobiliários	934	673
Impostos a recuperar	4.564	4.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	138	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.749	454
Despesas antecipadas	117	141
Depósitos e bloqueios judiciais	2.914	2.882
Outras contas a receber	140	169
Estoques	-	300

Em R\$ Milhões	Dez. 24	Dez. 23
Propriedade para investimentos	580	589
Investimentos	-	31
Imobilizado	30.063	30.599
Intangível e ágio	6.762	6.855
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>48.978</b>	<b>48.123</b>
<b>Ativo total</b>	<b>100.188</b>	<b>92.766</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - PASSIVOS

Em R\$ Milhões	Dez. 24	Dez. 23
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	20.101	20.058
Empréstimos	11.968	11.358
Instrumentos financeiros derivativos	-	153
Passivo de arrendamento	253	259
Operação com cartão de crédito	15.576	12.300
Impostos a recolher	731	622
Imposto de renda e contribuição social	73	120
Obrigações trabalhistas	1.206	1.327
Dividendos a pagar	174	-
Receita diferida	253	266
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	-
Outras contas a pagar	936	968
<b>Passivo Circulante</b>	<b>51.271</b>	<b>47.431</b>
Passivos mantidos para venda	-	-
Empréstimos	7.895	4.894
Instrumentos financeiros derivativos	3	57
Passivo de arrendamento	4.849	4.618
Operações com cartão de crédito	957	1.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	737	591
Provisões	11.769	12.629
Receita diferida	30	40
Outras contas a pagar	63	102
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>26.303</b>	<b>24.508</b>
Capital social	9.960	9.960
Reserva de capital	2.156	2.154
Reservas de lucros	7.193	7.394
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Resultado do Período	1.753	-
Ajuste de avaliação patrimonial	28	(8)
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>	<b>20.808</b>	<b>19.218</b>
<b>Participação de não controladores</b>	<b>1.806</b>	<b>1.609</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>100.188</b>	<b>92.766</b>

## ANEXO III

## Banco Carrefour

De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada na antiguidade dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a maiores índices de inadimplência. Por outro lado, a IFRS9 implica a constituição de provisões não apenas para créditos vencidos, mas também acrescenta impactos materiais em função das perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo depende de muitos indicadores e expectativas, pode adicionar maior volatilidade aos resultados e impactos nos indicadores e requisitos de capital.

## DRE simplificada - Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.411</b>	<b>1.259</b>	<b>12,1%</b>	<b>5.376</b>	<b>4.880</b>	<b>10,2%</b>
Carga de risco	(829)	(684)	21,2%	(3.029)	(2.949)	2,7%
<b>Lucro bruto</b>	<b>582</b>	<b>574</b>	<b>1,4%</b>	<b>2.347</b>	<b>1.931</b>	<b>21,5%</b>
Despesas SG&A	(377)	(347)	8,6%	(1.459)	(1.443)	1,1%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>205</b>	<b>227</b>	<b>-9,7%</b>	<b>888</b>	<b>488</b>	<b>82,0%</b>
<b>Lucro Líquido (100%)</b>	<b>51</b>	<b>82</b>	<b>-37,8%</b>	<b>379</b>	<b>183</b>	<b>107,1%</b>

## Metodologia IFRS9

Em R\$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>1.364</b>	<b>1.237</b>	<b>10,3%</b>	<b>5.215</b>	<b>4.793</b>	<b>8,8%</b>
Carga de risco	(820)	(661)	24,1%	(3.030)	(2.701)	12,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>544</b>	<b>576</b>	<b>-5,6%</b>	<b>2.185</b>	<b>2.092</b>	<b>4,4%</b>
Despesas SG&A	(329)	(323)	1,9%	(1.294)	(1.351)	-4,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>215</b>	<b>253</b>	<b>-15,0%</b>	<b>891</b>	<b>741</b>	<b>20,2%</b>
<b>Lucro Líquido (100%)</b>	<b>32</b>	<b>95</b>	<b>-66,3%</b>	<b>381</b>	<b>320</b>	<b>19,1%</b>

## Análise de Carteira de Créditos Vencidos

## Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	Dezembro 24	Setembro 24	Junho 24	Março 24	Dezembro 23
Carteira Total	21.561	19.885	19.425	19.066	18.779
Carteira em Dia	18.346	16.770	16.408	16.056	15.880
Atraso 30 dias	3.071	2.966	2.868	2.868	2.784
Atraso 90 dias	2.496	2.425	2.334	2.262	2.285
<b>Saldo de PDD</b>	<b>3.379</b>	<b>3.177</b>	<b>3.070</b>	<b>2.951</b>	<b>2.977</b>
<b>PDD/Atraso 90 dias</b>	<b>135,4%</b>	<b>131,0%</b>	<b>131,5%</b>	<b>130,5%</b>	<b>130,3%</b>

## IFRS 9

Em R\$ milhões	Dezembro 24	Setembro 24	Junho 24	Março 24	Dezembro 23
Carteira Total	28.376	26.428	25.629	24.976	24.219
Carteira em Dia	17.781	16.194	15.862	15.480	15.393
Atraso 30 dias	10.152	9.756	9.311	9.045	8.450
Atraso 90 dias	9.235	8.867	8.449	8.053	7.649



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacado S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

## Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

Ativo	Controladora				Consolidado				Passivo	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.295	7.291	15.207	12.029					16	7.506	10.015	16.839	16.197			
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1	272					16	1.398	2.249	3.262	3.861			
Contas a receber	7	2.800	2.464	2.626	2.534					28.3	11.968	11.358	11.968	11.358			
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	17.782	15.297					28.8	-	127	-	153			
Estoques	9	4.484	6.651	12.592	11.728					15	56	47	253	259			
Impostos a recuperar	10	290	295	1.024	1.056					8.2	-	-	15.576	12.300			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		58	-	230	138						170	216	731	622			
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	499	-	524	-						-	62	73	120			
Despesas antecipadas		31	15	347	220					32.2	337	522	1.206	1.327			
Outras contas a receber		1.248	157	512	614						174	-	174	-			
		<b>17.705</b>	<b>16.873</b>	<b>50.845</b>	<b>43.888</b>					19	33	31	253	266			
Ativos mantidos para venda		-	-	365	755						1.745	727	936	968			
		<b>17.705</b>	<b>16.873</b>	<b>51.210</b>	<b>44.643</b>						<b>23.387</b>	<b>25.354</b>	<b>51.271</b>	<b>47.431</b>			
<b>Não circulante</b>																	
Contas a receber	7	-	-	7	8					28.3	7.895	4.894	7.895	4.894			
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	1.007	1.005					28.8	3	57	3	57			
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	3	-	3	-					15	1.304	1.456	4.849	4.618			
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	934	673					8.2	-	-	957	1.577			
Impostos a recuperar	10	1.711	1.489	4.564	4.278					17.2	598	456	737	591			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		101	94	138	139					12	880	-	-	-			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	1.749	454					18.1	223	290	11.769	12.629			
Despesas antecipadas		49	60	117	141					19	177	208	30	40			
Depósitos e bloqueios judiciais	11	93	155	2.914	2.882						5	9	63	102			
Outras contas a receber		235	21	140	169						<b>11.085</b>	<b>7.370</b>	<b>26.303</b>	<b>24.508</b>			
		<b>2.192</b>	<b>1.819</b>	<b>11.573</b>	<b>9.749</b>												
Estoques	9	-	-	-	300					20.2.1	9.960	9.960	9.960	9.960			
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	580	589					20.2.2	2.156	2.154	2.156	2.154			
Investimentos	12	17.605	16.488	-	31					20.2.4	8.946	7.394	8.946	7.394			
Imobilizado	13.2	12.283	15.285	30.063	30.599					20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)			
Intangível	14	5.495	1.477	6.762	6.855					20.2.5	28	(6)	28	(6)			
		<b>37.575</b>	<b>35.069</b>	<b>48.978</b>	<b>48.123</b>						<b>20.808</b>	<b>19.218</b>	<b>20.808</b>	<b>19.218</b>			
		<b>55.280</b>	<b>51.942</b>	<b>100.188</b>	<b>92.766</b>						<b>20.808</b>	<b>19.218</b>	<b>22.614</b>	<b>20.827</b>			
											<b>55.280</b>	<b>51.942</b>	<b>100.188</b>	<b>92.766</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Resultados

em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Vendas líquidas	22.1	59.094	67.109	109.311	103.912			
Outras receitas	22.2	382	251	6.325	5.947			
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22</b>	<b>59.476</b>	<b>67.360</b>	<b>115.636</b>	<b>109.859</b>			
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(51.632)	(57.184)	(94.461)	(89.198)			
<b>Lucro bruto</b>	<b>23</b>	<b>7.844</b>	<b>10.176</b>	<b>21.175</b>	<b>20.661</b>			
Receitas (despesas)								
Vendas, gerais e administrativas	24	(4.462)	(5.807)	(14.767)	(15.091)			
Depreciação e amortização	24	(574)	(667)	(1.760)	(1.854)			
Resultado de equivalência patrimonial	12	915	(2.036)	(2)	(5)			
Outras receitas (despesas)	25	293	(17)	(375)	(870)			
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>25</b>	<b>4.016</b>	<b>1.649</b>	<b>4.271</b>	<b>2.841</b>			
Receitas financeiras		1.460	1.273	1.938	1.623			
Despesas financeiras		(3.443)	(3.281)	(4.702)	(4.501)			
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26</b>	<b>(1.983)</b>	<b>(2.008)</b>	<b>(2.764)</b>	<b>(2.878)</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>26</b>	<b>2.033</b>	<b>(359)</b>	<b>1.507</b>	<b>(37)</b>			
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	17.1	(133)	(330)	(714)	(497)			
Diferido	17.1	(147)	(106)	1.147	(105)			
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>17.1</b>	<b>1.753</b>	<b>(795)</b>	<b>1.940</b>	<b>(639)</b>			
Atribuível aos:								
Acionistas controladores				1.753	(795)			
Acionistas não controladores	20.5			187	156			
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído (R\$)	21	0,83	(0,38)	0,83	(0,38)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>1.753</b>	<b>(795)</b>	<b>1.940</b>	<b>(639)</b>				
<b>Outros resultados abrangentes – líquidos dos efeitos de impostos:</b>	<b>36</b>	<b>(2)</b>	<b>36</b>	<b>(2)</b>				
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos períodos subsequentes:								
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting	(14)	6	7	(1)				
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usados para hedge de fluxo de caixa em controladas	21	(7)	-	-				
Ganhos e (perdas) atuariais benéficos a empregados, líquido de imposto	24	(3)	24	(1)				
Ganhos e (perdas) atuariais benéficos a empregados em controladas, líquido de imposto	5	2	5	-				
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>1.789</b>	<b>(797)</b>	<b>1.976</b>	<b>(641)</b>				
Atribuível ao:								
Acionistas controladores			1.789	(797)				
Acionistas não controladores			187	156				
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>1.789</b>	<b>(797)</b>	<b>1.976</b>	<b>(641)</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>								
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.033	(359)	1.507	(37)			
<b>Ajustes por:</b>								
Depreciação e amortização	24	590	680	1.834	1.938			
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	2.013	1.676	2.292	1.891			
Varição cambial sobre empréstimos e importações	26	852	(433)	922	(433)			
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	151	170	647	650			
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos, incluindo juros	26	(627)	976	(652)	993			
Provisão para impairment de ativos imobilizados		137	-	(138)	667			
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		(123)	73	538	130			
Resultado na venda das lojas remédios		-	-	-	9			
Ajuste a valor presente		28	(89)	28	(89)			
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(24)	(31)	(240)	(569)			
Resultado da equivalência patrimonial	12	(915)	2.036	2	5			
Despesa com plano de pagamento baseado em ações		22	16	24	17			
<b>Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais</b>	<b>27</b>	<b>4.137</b>	<b>4.715</b>	<b>6.764</b>	<b>5.172</b>			
Varição do capital de giro		(1.886)	361	(1.275)	897			
Varição do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	169	(907)			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(301)	(170)	(952)	(433)			
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>27</b>	<b>1.950</b>	<b>4.906</b>	<b>4.706</b>	<b>4.729</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>								
Adição de ativos intangíveis	14.2	(23)	(40)	(227)	(320)			
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(619)	(1.364)	(1.912)	(2.891)			
Aquisição Grupo BIG		-	891	-	891			
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		(151)	(284)	(362)	(320)			
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	(1.400)	(3.355)	31	-			
Dividendos recebidos		60	800	-	-			
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		697	525	1.444	1.734			
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>12</b>	<b>(1.436)</b>	<b>(2.827)</b>	<b>(1.026)</b>	<b>(906)</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>								
Aumento de capital		-	42	-	42			
Captação de empréstimos	28.4	5.500	8.931	5.500	8.931			
Amortização de empréstimos	28.4	(2.734)	(6.760)	(2.734)	(6.863)			
Juros pagos	28.4	(2.030)	(1.517)	(2.309)	(1.732)			
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		(56)	(1.286)	(56)	(1.300)			
Fundo de investimento em direitos creditórios	28.4	-	-	-	(367)			
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(39)	(34)	(256)				



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

## Nota 1: Operações

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autoatendimento e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão", "Carrefour" e "Sam's Club". Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour", "Sam's Club" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro. O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Avenida Tucunará, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

## Nota 2: Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos e nos ativos líquidos das controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, o Grupo aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na perspectiva de que a Companhia manterá suas operações de forma consistente, presumindo que possa cumprir suas obrigações no decorrer das atividades habituais. Apesar dos desafios econômicos e da redução no consumo no setor alimentar, a empresa implementou ações para preservar a lucratividade, como negociações com fornecedores e medidas de eficiência, assegurando assim a estabilidade dos resultados financeiros. A integração contínua do Grupo BIG é uma prioridade, e dada a importância estratégica da entidade no grupo, a administração mantém uma expectativa realista de recursos suficientes para manutenção das operações.

## Nota 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela International Accounting Standards Board ("IASB").

Em conformidade com a OICPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

## Nota 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado às principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

## Nota 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e mais valia de ativos e passivos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## Nota 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## Nota 2.5. Normas, alterações e interpretações de normas

O Grupo avaliou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.

- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiu informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indicam que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

- Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à mensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos

Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores
- Informações sobre o risco de liquidez

- Alteração à CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), foram avaliadas e não produziram efeitos relevantes nas informações contábeis intermediárias divulgadas, adicionalmente a Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs emitidas e ainda não vigentes.

No exercício corrente, o Grupo também avaliou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em 1º de janeiro de 2025 ou posteriormente. A administração continua avaliando os impactos até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

- Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - (CPC 02 R(2)) - As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada.

- Adoção da IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)), transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 (CPC03R2)) - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 (CPC 41) - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras e (iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

- Adoção da IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: (i) for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária) (ii) não tiver responsabilidade pública, e (iii) sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

## Nota 3: Eventos Significativos do Período

## Nota 3.1. Incorporação do Grupo Big Brasil S.A.

Na data de 04 de junho de 2024, o Grupo Big Brasil S.A. foi incorporado pelo Atacadão S.A, tendo como principais objetivos decorrentes dessa incorporação as seguintes justificativas:

- Racionalização das linhas de negócio
  - Otimização da estrutura de capital
  - Maior eficiência operacional e simplificação da estrutura societária
- As Companhias envolvidas fazem parte do mesmo grupo societário e possuem características afins, dessa forma a incorporação, justifica-se por beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica e financeira das Companhias e do Grupo. A incorporação visa a extinção da incorporada e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela incorporadora. O valor do capital social da incorporadora permaneceu inalterado, tendo em vista que a incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital, tampouco a emissão de novas ações.

O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de janeiro de 2024, conforme Laudo de Incorporação aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2024. O acervo líquido incorporado na data base de 31 de janeiro de 2024, avaliado por empresa independente especializada, totalizou R\$ 4.917 milhões.

As variações patrimoniais da incorporada posteriores a 31 de janeiro de 2024, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da incorporadora.

O acervo líquido incorporado na data base de 31 de janeiro de 2024, têm a seguinte composição:

	31/01/2024
Ativos circulantes	225
Ativos não circulantes	4.710
Passivos circulantes	(18)
<b>Acervo líquido</b>	<b>4.917</b>

Ágio - Grupo Big Brasil S.A.

4.031  
Como consequência da incorporação, o ágio reconhecido na aquisição do Grupo Big Brasil S.A. em 06 de junho de 2022 no valor de R\$ 4.031 milhões, foi reclassificado para a rubrica de Intangível, na subclassificação ágio.

## Nota 3.2. Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul

No início do mês de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas cujas consequências resultaram principalmente na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, bem como inundações devido à elevação no nível de importantes rios do estado.

No que tange ao funcionamento operacional, mesmo diante deste cenário climático adverso, o Grupo manteve-se operacional, mesmo que utilizando outros centros de distribuição para abastecimento.

O Grupo operava 98 lojas no estado do Rio Grande do Sul em 01 de maio de 2024, incluindo 30 lojas Atacadão, 11 hipermercados e 3 Sam's Clubs, que coletivamente representavam aproximadamente 6% das vendas do Grupo. Das nossas 44 lojas de grande formato, 8 foram severamente afetadas pelas enchentes na região (aproximadamente 1% das vendas), todas com seguro de ativos e lucros cessantes.

Em 30 de junho de 2024 o Grupo reconheceu uma perda de estoques e ativo imobilizado de R\$ 114 milhões em contrapartida do reembolso das seguradoras no montante de R\$ 110 milhões, ambos registrados em custos dos produtos vendidos e outras receitas (despesas). Até 31 de dezembro de 2024 todas as lojas atingidas foram reabertas.

Os prejuízos sofridos nas lojas (Atacadão, Hiper, Postos, Drograria, Centro de Distribuição, Super e Todo dia) por danos materiais em estoques e edificações e benfeitorias, bem como lucros cessantes em decorrência do fechamento temporário das operações foram substancialmente cobertos pela apólice de seguros do Grupo.

## Nota 3.3. Operação de retroarrendamento - "Sale-Leaseback"

Em linha com a estratégia do Grupo de maximizar a eficiência operacional e financeira baseada na revisão contínua de seus ativos imobiliários, na data de 22 de outubro de 2024 o Grupo assinou um contrato de venda de Imóveis com Fundo de Investimento Imobiliário Guardian Real Estate (GARE11), fundo gerido pela Guardian Gestora Ltda., relativo à venda de 15 (quinze) imóveis próprios onde estão localizadas lojas operadas pela Companhia ou suas afiliadas sob a bandeira "Atacadão", no valor total de R\$ 725 milhões. O Grupo celebrou contratos de locação na modalidade de retroarrendamento com prazo inicial de 13 (treze) anos, renováveis por períodos adicionais de 5 (cinco) anos.

As transações de retroarrendamento são analisadas dentro do escopo do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem. Atendidos os requerimentos, o Grupo mensura o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os valores de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador.

Em decorrência da transação de retroarrendamento o Grupo reconheceu, respectivamente, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de R\$ 333 milhões nas datas de assinaturas das escrituras. As Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Controladora e do Consolidado foram impactadas no montante de R\$ 696 milhões no grupo de fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimentos. O valor restante, R\$ 29 milhões, que totalizam os R\$ 725 milhões será recebido quando do registro formal da escritura pública junto aos órgãos competentes.

## Nota 3.4. Aprovação de pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP")

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia pelo valor bruto de R\$ 200 milhões relativos ao exercício fiscal de 2024, equivalentes ao valor de R\$ 0,094829124 por ação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 23 de dezembro de 2024, sendo que a partir de 24 de dezembro de 2024 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio. O pagamento será realizado em uma única parcela, no dia 8 de janeiro de 2025, na proporção da participação de cada acionista com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes

ou isento. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, a Controladora e Consolidado registraram os valores de R\$ 174 milhões na rubrica "dividendos a pagar". Os efeitos nos fluxos de caixa ocorrerão quando do pagamento efetivo em janeiro de 2025.

## Nota 3.5. Projetos de reorganização operacional e societária

Em continuidade à iniciativa de melhorias contínuas, a consolidação progressiva das atividades do Grupo representa um passo adiante desse processo, com ganhos adicionais de sinergia. A consolidação das atividades, que envolve, inclusive, mudanças societárias, ocorreu ao longo de 2024, através de 2 projetos.

- Simplificação societária com a redução da estrutura de empresas e a segregação de negócios por entidades legais (Varejo e Atacado), permitindo que o Grupo aloque seus recursos de forma mais racional e focada nas principais características de cada segmento. Uma das iniciativas realizada foi a incorporação do Grupo BIG ocorrida em 4 de junho de 2024, como descrito na Nota 3.1.

- Consolidação do Segmento de Atacado entre duas entidades legais já existentes, Controladora Atacadão S.A. e WMS ("WMS Supermercados do Brasil Ltda."). A Consolidação dos segmentos Atacadista garantiu maior eficiência e resultados operacionais comparativos.

Como consequência destas iniciativas, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu imposto de renda ativo sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, respectivamente no valor de R\$ 1.088 milhões nas rubricas de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no Consolidado, com base em histórico de rentabilidade do segmento de lojas do Atacadão e na projeção de lucros tributários futuros. Vide Nota 17.2.

## Nota 4: Base de Consolidação

## Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

## (i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessar.

## (ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos".

Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente conveniado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

## Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. E registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (impairment) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
- Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou

- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuído ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

• Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.

• Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

• Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

## Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

## Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação. Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

## Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
<b>Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") - Subsidiárias</b>	<b>97,69</b>	<b>-2,31</b>	<b>100,00</b>	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Impop Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda. (a)	-	-	0,01	99,99
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (a)	-	-	-	100,00
E-mídia informações Ltda. (b)	-	-	-	100,00
CCI IP Participações Ltda.	-	100,00	-	100,00
Ewali Instituição de Pagamento S.A. (c)	-	92,00	-	-
CCI Desenv Imobiliário Campo Belo Ltda.	-	100,00	0,10	99,90
Carrefour Unimult Publicidade Ltda. (d)	-	-	-	100,00
<b>Grupo BIG S.A. ("Grupo BIG" ou "BIG") (e)</b>			<b>100,00</b>	-
<b>WMS Supermercados do Brasil Ltda. (e)</b>	<b>98,31</b>	<b>1,69</b>	<b>99,99</b>	<b>0,01</b>
<b>WMB Supermercados do Brasil Ltda. (e)</b>	<b>99,99</b>	<b>0,01</b>	<b>99,99</b>	<b>0,01</b>
<b>Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. (e)</b>	<b>99,99</b>	<b>0,01</b>	<b>99,99</b>	<b>0,01</b>
<b>Bompreço Bahia Supermercados Ltda. (e)</b>	<b>69,63</b>	<b>30,37</b>	<b>67,39</b>	<b>32,61</b>
<b>Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-
<b>Bulge Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	<b>100,00</b>	-	<b>100,00</b>	-
<b>Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	<b>100,00</b>			



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

	31/12/2024		31/12/2023	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
<b>Midway Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
<b>Overlord Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
<b>Pacífico Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
<b>Torch Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
<b>Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
<b>Valquíria Empreendimentos e Participações S.A. (e)</b>	100,00	-	100,00	-
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
<b>BSF Holding S.A. - Subsidiárias</b>	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
<b>Pandora Participações Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	-	100,00	-	100,00
Verparinvest S.A.	-	100,00	-	100,00
<b>Cotabest Informação e Tecnologia S.A. (f)</b>	100,00	-	51,00	-
<b>SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-
<b>SPE Desenv. Imobiliário Nordeste Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-
<b>SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-
<b>SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-
<b>SPE Desenv. Imobiliário Sul Ltda.</b>	100,00	-	100,00	-

As mudanças ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 têm como objetivo a reorganização societária do Grupo e não alteraram a relação de controle da Companhia junto às suas subsidiárias.

(a) Em 31 de dezembro de 2024 as entidades CMBCI Investimentos e Participações Ltda. ("CMBCI") e Cosmopolitan Shopping Empreendimentos S.A. ("Cosmopolitan") foram incorporadas pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

(b) Em 27 de junho de 2024 a E-mídia informações Ltda foi incorporada pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

(c) Em 11 de outubro de 2024 a subsidiária CCI IP Participações Ltda aumentou capital na sua controlada Ewally Instituição de Pagamento S.A., obtendo portanto, o controle da controlada.

(d) A Companhia, através de sua subsidiária Carrefour vendeu a totalidade da participação societária detida no Carrefour Unlimitail Publicidade. O ganho da transação foi reconhecido em outras receitas na nota 25.

(e) Conforme descrito na nota 3, em 4 de junho de 2024 a entidade Grupo BIG Brasil S.A. foi incorporado pelo Atacadão S.A., o mesmo passa a deter participação direta em suas subsidiárias.

(f) Em 26 de abril de 2024, o Atacadão S.A. adquiriu participação adicional de 49% das ações da controlada Cotabest pela contraprestação de R\$ 9,6 milhões e passou a deter 100% do capital da referida investida. Os efeitos da mudança de participação na Cotabest foram reconhecidos no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o período.

**Nota 5: Caixa e Equivalente de Caixa****Políticas contábeis**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente convertíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	326	759	882	1.194
Aplicações financeiras	7.969	6.532	14.325	10.835
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.295</b>	<b>7.291</b>	<b>15.207</b>	<b>12.029</b>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) e operações comprometidas remuneradas à taxa média ponderada de 99% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (97% em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e taxa média ponderada de 98% da taxa do CDI (96% em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

**Nota 6: Títulos e Valores Mobiliários**

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento. A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Carteira Total:</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	929	940
Fundos de investimentos - Capital Venture	6	5
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>935</b>	<b>945</b>
Circulante	1	272
Não circulante	934	673

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic. Em 2024, os títulos de 2024 venceram e o Banco CSF contratou títulos com vencimento em 2026 e 2027.

**Nota 7: Contas a Receber****Políticas contábeis**

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, as contas a receber de atividades de atacado de autoserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (Nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas em atacado	1.101	1.381	1.242	1.135
Vendas em atacado de partes relacionadas (d)	1.119	-	-	-
A receber de cartão de crédito	77	207	528	662
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	20	474	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	160	159
Cartão alimentação	41	126	241	287
Verbas comerciais a receber (b)	318	189	424	300
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (c)	166	122	241	168
Outras contas a receber de clientes	-	-	7	49
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(42)	(35)	(210)	(218)
<b>Contas a receber, líquido</b>	<b>2.800</b>	<b>2.464</b>	<b>2.633</b>	<b>2.542</b>
Circulante	2.800	2.464	2.626	2.534
Não circulante	-	-	7	8

(a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão, Carrefour e Sam's Club, eliminados na consolidação.

(b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais relacionadas com campanhas comerciais incentivadas. A contrapartida dos valores a receber é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas, ou as despesas comerciais onde aplicável. A Companhia apresenta os valores líquidos de fornecedores onde os contratos permitem o pagamento pela base líquida.

(c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a Controladora do Grupo na França (Nota 29).

(d) Com advento do projeto de consolidação e conversão de lojas, vide Nota 3.5 a Controladora tem vendido parte de seus estoques em centro de distribuição para a controlada WMS e suas filiais que operam sob bandeira Atacadão.

A exposição do Grupo a riscos de contraparte são divulgadas na Nota 28.7.

**Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro**

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>(23)</b>	<b>(204)</b>
Constituição	(28)	(133)
Reversão	16	119
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>(35)</b>	<b>(218)</b>
Constituição	(28)	(123)
Reversão	21	131
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(42)</b>	<b>(210)</b>

**Cessão de contas a receber de clientes**

O Grupo faz cessão de recebíveis junto a instituições financeiras, sem direito de ressarcimento, de parte de suas contas a receber de vendas de mercadorias e serviços, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo correspondente a essas operações era de R\$ 1.445 milhões na controladora e R\$ 6.896 milhões no consolidado (R\$ 1.475 milhões na controladora e R\$ 4.917 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2023). O valor é desreconhecido do saldo de contas a receber nos Balanços Patrimoniais, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos às instituições.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 - Resultado financeiro).

**Nota 8: Atividades de Soluções Financeiras****Políticas contábeis**

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

• O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (paga-

mentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - circulante" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - não circulante"

• O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito - circulante" e "Operação com cartão de crédito - não circulante"

• Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ativo líquido, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.

• A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas", enquanto os custos correspondentes, incluindo aqueles relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor são registrados na demonstração de resultado na rubrica de "Outros custos".

A variação do capital corrente das atividades bancárias, incluindo os efeitos relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor, é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

**Nota 8.1. Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (ativo)**

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber (c)	13.710	11.858
Empréstimos e financiamentos (a)	14.663	12.362
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (b)	(9.584)	(7.918)
<b>Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras</b>	<b>18.789</b>	<b>16.302</b>
Circulante	17.782	15.297
Não circulante	1.007	1.005

(a) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações de clientes que utilização o cartão de crédito emitido pelo Banco CSF S.A. em operações comerciais com entidades não do Grupo. Estes recebíveis são de faturas emitidas e que ainda não foram pagas integralmente (parceladas com juros).

(b) A exposição do Grupo a riscos de crédito, e classificação por estágio de risco, do saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras são divulgadas na Nota 28.7.

(c) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

**Nota 8.2. Operações de cartão de crédito (passivo)**

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de dívida (depósitos interbancários) (c)	3.460	3.339
<b>Dívida mercantil:</b>	<b>13.073</b>	<b>10.538</b>
Relacionados a adquirentes (b)	10.752	9.242
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour (a)	2.321	1.296
<b>Operações de cartão de crédito</b>	<b>16.533</b>	<b>13.877</b>
Circulante	15.576	12.300
Não circulante	957	1.577

(a) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda, conforme informado em Nota 7 - Cessão de Contas a receber de clientes.

(b) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

(c) As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,25% a.a. (31/12/2023: média de DI + 0,28% a.a.).

**Nota 9: Estoques****Políticas contábeis**

De acordo com o CPC 16 (R1) (IAS 2) - Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores. Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos alimentares	4.178	6.138	10.063	9.195
Produtos não alimentares	321	540	1.904	2.262
Estoque em construção (a)	-	-	300	300
Outros produtos	-	-	451	420
Provisão para perda de estoque (b)	(15)	(27)	(126)	(149)
<b>Estoques, líquidos</b>	<b>4.484</b>	<b>6.651</b>	<b>12.592</b>	<b>12.028</b>
Circulante	4.484	6.651	12.592	11.728
Não circulante	-	-	300	-

(a) O saldo refere-se às unidades adquiridas de uma nova torre corporativa que ainda está em fase de construção na permuta de ativos no Projeto Pinheiros. O projeto consiste em permuta de imóveis, onde a Companhia cede o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo. Em troca recebeu uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento já entregues e unidades de uma nova torre corporativa que ainda estão em construção pelo seu parceiro.

(b) O saldo refere-se a provisão de perda de estoques por conta de giro lento e perdas de inventário.

**Nota 10: Impostos a Recuperar**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	289	235	2.475	2.578
ICMS substituição tributária (ST) (a)	1.198	1.300	2.802	2.938
ICMS a recuperar ativo imobilizado	86	142	181	247
PIS e COFINS (b)	587	267	1.252	907
Outros	1	-	157	165
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(160)	(1.279)	(1.501)
<b>Impostos a recuperar</b>	<b>2.001</b>	<b>1.784</b>	<b>5.588</b>	<b>5.334</b>
Circulante	290	295	1.024	1.056
Não circulante	1.711	1.489	4.564	4.278

(a) O Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros Estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais. Dada decisão do Supremo Tribunal Federal - STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos Estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudos de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo. O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos e 10 anos. Há provisão para créditos sem perspectiva de realização.

(b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal - STF, proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas

duas contribuições.

Os processos das suas controlada direta advindas do então Grupo BIG (em 31 de dezembro de 2024, incorporado pela Controladora) tiveram o trânsito em julgado em agosto de 2019 e fevereiro de 2021. O montante de R\$ 320 milhões, sendo R\$ 169 milhões correspondente ao principal e R\$ 152 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foi reconhecido no exercício de 2021. Em 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 1.018 milhões, sendo R\$ 503 milhões correspondente ao principal e R\$ 515 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2010.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal - STF: (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas. Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Agora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

A Controladora ingressou com ação judicial visando afastar a exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas internas realizadas por suas filiais na Zona Franca de Manaus, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos. Em 2023, em decisão monocrática, a Companhia obteve provimento favorável, com o reconhecimento integral do direito pleiteado, declarando a inexistência do PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas com as vendas realizadas na Zona Franca de Manaus e assegurando o direito



Demonstrações Financeiras 2024										
GRUPO CARREFOUR BRASIL										
Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ 75.315.333/0001-09										
Movimentação dos saldos (Controladora)										
(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital (a)	Ágio (b)	Incorporação (c)	Dividendos	31/12/2024	
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	8.101	(22)	83	21	-	-	-	-	8.183	
Grupo BIG S.A. (incorporado)	8.232	-	(291)	-	850	(4.031)	(4.760)	-	-	
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	-	-	1.625	43	2.483	-	1.925	-	6.076	
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	-	-	(74)	-	-	-	1.338	-	1.264	
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.	-	-	(181)	-	-	-	(503)	-	(684)	
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	-	-	(141)	-	50	-	(79)	-	(170)	
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(5)	-	-	-	120	(3)	112	
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(30)	-	-	-	443	(12)	401	
Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(8)	-	-	-	164	(5)	151	
Kharkov Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(15)	-	-	-	102	-	87	
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(14)	-	-	-	181	(6)	161	
Midway Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(11)	-	-	-	147	(5)	131	
Overlord Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(7)	-	-	-	94	(5)	82	
Pacífico Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(2)	-	-	-	64	(3)	59	
Torch Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(1)	-	-	-	115	(2)	112	
Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(23)	-	-	-	356	(13)	320	
Valquíria Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(17)	-	-	-	293	(6)	270	
Pandora Participações Ltda.	263	-	(2)	-	-	-	-	-	261	
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	109	-	5	-	-	-	-	-	114	
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	12	-	1	-	-	-	-	-	13	
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	-	10	
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	(9)	-	(5)	(12)	-	-	-	-	(26)	
(-) Eliminação	(230)	-	28	-	-	-	-	-	(202)	
<b>Total</b>	<b>16.488</b>	<b>(22)</b>	<b>915</b>	<b>52</b>	<b>3.383</b>	<b>(4.031)</b>	<b>-</b>	<b>(60)</b>	<b>16.725</b>	
Consolidado 31/12/2023										
(Em milhões de Reais)	01/01/2023	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	Dividendos	31/12/2023			
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	8.367	(1)	192	(7)	350	(800)	8.101			
Grupo BIG S.A.	7.570	-	(2.255)	-	2.917	-	8.232			
Pandora Participações Ltda.	266	-	(3)	-	-	-	263			
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	27	-	4	-	78	-	109			
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	12	-	-	-	-	-	12			
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	-	-	-	-	10	-	10			
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	(8)	-	(1)	-	-	-	(9)			
(-) Eliminação	(257)	-	27	-	-	-	(230)			
<b>Total</b>	<b>15.977</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.036)</b>	<b>(7)</b>	<b>3.355</b>	<b>(800)</b>	<b>16.488</b>			
(a) O aumento de capital na subsidiária WMS Supermercado refere-se a transferência de acervos líquidos no valor de R\$ 1.966 milhões.										
(b) Com a incorporação do Grupo BIG S.A., o ágio foi reclassificado para o intangível.										
(c) Incorporação do Grupo BIG S.A. conforme escrito na nota 3.										
BSF Holding S.A.										
A controlada indireta BSF Holding S.A. conta com participação significativa de não controladores e possuía os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:										
Balanço Patrimonial:										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023								
Ativo	3.689	3.309								
Passivo	-	-								
Patrimônio Líquido	3.689	3.309								
Demonstração dos resultados do período:										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023								
Receita	381	320								
Lucro líquido	381	320								
<b>Nota 13: Propriedades para Investimento e Imobilizado</b>										
<b>Políticas contábeis</b>										
CPC 28 (IAS 40) - Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.										
Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.										
A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15). O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:										
- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou										
- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (Yield Method). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.										
Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.										
<b>Nota 13.1. Propriedades para investimentos</b>										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	Consolidado 31/12/2023								
Custo das propriedades para investimentos	763	759								
Depreciação	(183)	(170)								
<b>Total das propriedades para investimentos, líquido</b>	<b>580</b>	<b>589</b>								
<b>Movimentação de propriedade para investimentos (Em milhões de Reais)</b>										
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>										
Adição	5	597								
Depreciação	(13)	(13)								
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>589</b>	<b>589</b>								
Adição	1	1								
Baixa	(5)	(5)								
Transferência advinda do imobilizado	(9)	(9)								
Depreciação	(14)	(14)								
<b>Em 31 de dezembro 2024</b>	<b>580</b>	<b>580</b>								
As receitas de aluguéis geradas por propriedades para investimentos, registradas nas demonstrações dos resultados no Consolidado na rubrica "Outras receitas" (Nota 2.2), totalizaram R\$ 38 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 33 milhões em 31 de dezembro de 2023). Os custos operacionais no Consolidado diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R\$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 24 milhões em 31 de dezembro de 2023).										
A avaliação do valor justo das propriedades para investimentos é realizada semestralmente, sendo a última realizada em 31 de dezembro de 2024, resultando em um valor justo das propriedades para investimentos de R\$ 1.005 milhões (R\$ 968 milhões em 31 de dezembro de 2023).										
<b>Nota 13.2. Imobilizado e Ativos de direito de uso</b>										
<b>Políticas contábeis</b>										
O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.										
<b>Reconhecimento inicial</b>										
Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.										
O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.										
Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo.										
Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.										
<b>Custos subsequentes</b>										
O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.										
Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.										
Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.										
<b>Reclassificação para propriedades de investimento</b>										
Quando o uso da propriedade muda de "ocupada pelo proprietário" para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.										
<b>Vida útil</b>										
A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada.										
Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:										
Edificações	48 anos									
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5 a 24 anos									
Equipamentos e instalações	4 a 24 anos									
Outros	4 a 14 anos									
Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.										
A depreciação de beneficiárias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre o período total do contrato. Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.										
<b>Teste ao valor recuperável (Nota 14.3)</b>										
<b>Composição</b>										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024		31/12/2023							
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido				
Edificações e beneficiárias	8.325	(1.489)	6.836	9.857	(1.518)	8.339				
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.924	(1.530)	1.394	4.429	(2.252)	2.177				
Imobilizado em andamento	65	-	65	100	-	100				
Terrenos	2.941	-	2.941	3.114	-	3.114				
Direito de uso de arrendamento	1.388	(299)	1.089	1.849	(294)	1.555				
<b>Total</b>	<b>15.643</b>	<b>(3.318)</b>	<b>12.325</b>	<b>19.349</b>	<b>(4.064)</b>	<b>15.285</b>				
<b>Movimentação do valor contábil líquido</b>										
(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Adições (a)	Adições de depreciação (b)	Baixas líquidas (b)	Transf. rências (c)	Impair-ment	31/12/2024			
Edificações e beneficiárias	8.339	216	(224)	(433)	(1.062)	(32)	6.804			
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.177	407	(270)	21	(941)	-	1.394			
Imobilizado em andamento	100	2	-	-	(37)	-	65			
Terrenos	3.114	-	-	(173)	-	(10)	2.931			
Direito de uso de arrendamento	1.555	201	(77)	(117)	(473)	-	1.089			
<b>Total</b>	<b>15.285</b>	<b>826</b>	<b>(571)</b>	<b>(702)</b>	<b>(2.513)</b>	<b>(42)</b>	<b>12.283</b>			
(a) A Companhia ao longo do ano de 2024, por conta dos projetos de consolidação do formato atacadista vem efetuando conversões de lojas, vide Nota 3.5, vem realizando aquisições de edificações e beneficiárias em imóveis R\$ 216 milhões, bem como instalações e equipamentos R\$ 406 milhões como forma de adaptar lojas que anteriormente eram do segmento de Varejo para Atacadão.										
(b) Conforme divulgado na Nota 3.3 em 18 de novembro de 2024, a Controladora e a controlada WMS celebraram um contrato de sale leaseback de 15 imóveis sendo registrada uma baixa de ativos ao valor líquido de depreciação acumulada de R\$ 696 milhões entre edificações, beneficiárias e terrenos.										
(c) Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora efetuou transferências de ativo imobilizado para a sua subsidiária WMS, através de aumento de capital a valor de livros, no montante de R\$ 2.528 milhões.										
(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Adições (a)	Adições de depreciação (b)	Baixas líquidas (a)	Transf. rências (c)	Impair-ment	31/12/2024			
Edificações e beneficiárias	8.339	714	(239)	(329)	91	8.339				
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.023	526	(342)	(45)	15	2.177				
Imobilizado em andamento	156	123	-	(25)	(154)	100				
Terrenos	3.264	1	-	(199)	48	3.114				
Direito de uso de arrendamento	1.287	376	(84)	(24)	-	1.555				
<b>Total</b>	<b>14.832</b>	<b>1.740</b>	<b>(665)</b>	<b>(622)</b>	<b>(42)</b>	<b>12.283</b>				
(a) Em 30 de junho de 2023, a Controladora celebrou a transação de "sales and leaseback" e, portanto, realizou a baixa do ativo imobilizado no montante de R\$ 523 milhões com contrapartida na adição de direito de uso de arrendamento no montante de R\$ 277 milhões.										
(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Adições (a)	Adições de depreciação (b)	Baixas líquidas (a)	Transf. rências (c)	Impair-ment	31/12/2024			
Edificações e beneficiárias	13.979	630	(423)	(513)	42	(112)	13.603			
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	4.459	1.112	(806)	(71)	46	(36)	4.704			
Imobilizado em andamento	208	172	-	(2)	(215)	-	163			
Terrenos	7.433	-	-	(133)	(185)	(74)	7.041			
Direito de uso de arrendamento	4.520	1.331	(360)	(945)	6	-	4.552			
<b>Total</b>	<b>30.599</b>	<b>3.245</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(1.664)</b>	<b>(306)</b>	<b>(222)</b>	<b>30.063</b>			
(a) Até 31 de dezembro de 2024, o Grupo em linha com os projetos de consolidação de formatos e conversões de lojas vide Nota 3.5, o Grupo vem efetuando tanto na Controladora, quando na controlada WMS e WMB investimentos de melhorias em equipamentos de forma alterar os formatos das lojas de Varejo sob bandeiras BIG ou Maxi para o segmento Atacadão sob bandeira Atacadão. Adicionalmente, na medida em que a WMS transfere suas lojas de varejo para a CCI, a WMS baixa os contratos de arrendamentos com terceiros e a CCI por sua vez, registra novos contratos de aluguel com os mesmos partes terceiros.										
(b) Conforme divulgado na Nota 3.3 em 18 de novembro de 2024, a Controladora e a controlada WMS celebraram um contrato de sale leaseback de 15 imóveis sendo registrada uma baixa de ativos ao valor líquido de depreciação acumulada de R\$ 696 milhões entre edificações, beneficiárias e terrenos. Na medida em que faz as conversões de lojas localizadas o Grupo efetua, respectivamente a baixa e adições de novos contratos de arrendamento, bem como efetua a baixa de contratos de arrendamento no curso de fechamento de lojas, R\$ 945 milhões.										
(c) Transferências incluem os ativos classificados como mantidos para venda para os projetos de vendas de ativos, líquidos das respectivas provisões para impairment.										
(Em milhões de Reais)	01/01/2023	Adições (a)	Adições de depreciação (b)	Baixas líquidas (a)	Transf. rências (b)	Impair-ment	31/12/2023			
Edificações e beneficiárias	14.541	1.049	(475)	(775)	102	(463)	13.979			
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	4.248	932	(845)	(322)	443	3	4.459			
Imobilizado em andamento	366	891	-	(4)	(1.045)	-	208			
Terrenos	8.058	14	-	(347)	(287)	(5)	7.433			
Direito de uso de arrendamento	4.581	940	(385)	(600)	(9)	(7)	4.520			
<b>Total</b>	<b>31.794</b>	<b>3.826</b>	<b>(1.705)</b>	<b>(2.048)</b>	<b>(796)</b>	<b>(472)</b>	<b>30.599</b>			
(a) Em 30 de junho de 2023, a Companhia e suas subsidiárias, celebraram transação de "sale and leaseback" de 4 centros de distribuição e 5 lojas e, portanto, realizaram a baixa do ativo imobilizado no montante de R\$ 523 milhões na Controladora e R\$ 980 milhões no Consolidado com contrapartida na adição de direito de uso de arrendamento no montante de R\$ 277 milhões na Controladora e R\$ 552 milhões no Consolidado.										
(b) Transferências incluem os ativos classificados como mantidos para venda no valor de R\$ 755 milhões e a respectiva provisão para impairment R\$ 283 milhões, em sua maior parte decorrente do fechamento de lojas e encerramento das operações formato Todo Dia.										
<b>Nota 14: Intangível</b>										
<b>Políticas contábeis</b>										
<b>Ágio</b>										
O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.										
Para o valor registrado antes da adoção do CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinação de Negócios, na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).										
De acordo com o CPC 01(R1) (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.										
<b>Outros ativos intangíveis</b>										
Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.										
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).										
Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:										
Software e outros ativos intangíveis	5 anos									
Fundo de comércio	10 a 25 anos									
Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.										
A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.										
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.										
<b>Composição</b>										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024		31/12/2023							
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido				
Ágio	5.733	(312)	5.421	1.702	(312)	1.390				
Software	140	(84)	56	147	(79)	68				
Fundo de comércio e outros ativos	20	(2)	18	20	(1)	19				
<b>Total</b>	<b>5.893</b>	<b>(398)</b>	<b>5.495</b>	<b>1.869</b>	<b>(392)</b>	<b>1.477</b>				
<b>Consolidado 31/12/2023</b>										
(Em milhões de Reais)	31/12/2024		31/12/2023							



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

## Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível do grupo das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
	Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido	Valor líquido
Cash & Carry	4.128	1.390	Cash & Carry	4.128	4.128
Varejo	1.093	-	Varejo	1.531	1.531
Clube	200	-	Clube	200	200
<b>Total</b>	<b>5.421</b>	<b>1.390</b>	<b>Total</b>	<b>5.859</b>	<b>5.859</b>

## Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Controladora					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 01/01/2024	Incorporação (a)	Adição	Amortizações	Transferências	
Ágio	1.390	4.031	-	-	-	5.421
Software	68	-	13	(18)	(7)	56
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	19	-	-	(1)	-	18
<b>Total</b>	<b>1.477</b>	<b>4.031</b>	<b>13</b>	<b>(19)</b>	<b>(7)</b>	<b>5.495</b>

(a) Ágio reclassificado do investimento devido a incorporação do Grupo BIG S.A.

(Em milhões de Reais)	Controladora					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortizações	Transferências	Impairment	
Ágio	1.390	-	-	-	-	1.390
Software	42	40	-	(14)	-	68
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	20	-	-	(1)	-	19
<b>Total</b>	<b>1.452</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>-</b>	<b>1.477</b>

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2024	Adições (a)	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Impairment
Ágio	5.859	-	-	-	-	-
Software	594	30	(229)	(16)	332	-
Marcas e patentes	60	-	-	-	-	(60)
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	35	-	(2)	(6)	1	-
Intangível em andamento	307	185	-	-	(328)	-
<b>Total</b>	<b>6.855</b>	<b>215</b>	<b>(231)</b>	<b>(22)</b>	<b>5</b>	<b>(60)</b>

(a) Referem-se a gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas em projetos internos com self-checkout e outras iniciativas de crescimento.

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Impairment (a)
Ágio	5.859	-	-	-	-	-
Software	612	52	(215)	(30)	175	-
Marcas e patentes	263	-	-	-	-	(203)
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	47	-	(5)	(15)	-	8
Intangível em andamento	189	268	-	-	(150)	-
<b>Total</b>	<b>6.970</b>	<b>320</b>	<b>(220)</b>	<b>(45)</b>	<b>25</b>	<b>(195)</b>

(a) Impairment relacionado às marcas Maxxi e BIG devido a conversão destas lojas em atacado e Carrefour, para as lojas Todo Dia devido ao encerramento de suas operações.

## Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Em conformidade com o CPC 01(R1) (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por impairment é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuído à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

## Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (R1) (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente. A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (impairment) no ágio.

## Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (R1) (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica.

A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de impairment. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de impairment interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o forecast mais recente; e

- indicador de impairment externo: um aumento significativo da taxa de desconto e/ou um abaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

## Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacadão, Varejo e Sam's Club) que tem um ágio alocado no balanço, foi utilizado valor em uso com base em projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:

(i) Receitas: projetadas de 2025 a 2029 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas

(ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;

(iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;

(iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;

(v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;

(vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;

(vii) Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 10,2% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (10,2% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e

(viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento nominal considerada foi de 3,0% a.a. em 31 de dezembro 2024 (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

**Análise de sensibilidade**

Os testes de impairment em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2024 de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de impairment em 31 de dezembro de 2024 são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Taxa de desconto antes dos impostos		Taxa de crescimento contínuo	
Varejo	10,2%	3,0%		
Cash & Carry	10,2%	3,0%		

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, após essa avaliação, não foi verificada a necessidade de reconhecimento de perda nas unidades geradoras de caixa.

## Nota 15: Operações de Arrendamento Mercantil

**Políticas contábeis**

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.

O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, como por exemplo, aquisição de fundo de comércio, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.

O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O Grupo não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e CO-FINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM/ISNC / SEP 02/2019.

**Grupo como arrendatário**

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e prédios administrativos. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é demonstrada na nota 13.2 e do passivo de arrendamento na nota 28.4. Os fluxos estimados de pagamento são demonstrados na nota 28.3.

Esses arrendamentos de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 40 anos. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador.

(Em milhões de Reais)	De		Até		Despesa de juros de arrendamento corrigidos pela inflação	Juros de arrendamento considerando fluxos de caixa corrigidos pelo efeito da inflação	Despesa de depreciação considerando fluxos de caixa corrigidos pelo efeito da inflação
	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	Mais de 15 anos			
	10,90%	15,88%	12,84%	16,28%	13,79%	16,27%	14,18%
	14,18%	16,23%					

**Outras considerações**

Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	A partir de 2028		Passivo de arrendamento	
	2024	2025	2026	2027
Inflação projetada (a)	4,89%	4,99%	4,03%	3,90%
Controladora	210	183	150	136
Consolidado	876	744	621	541

(a) Fonte: Relatório de Mercado Focus - Banco Central do Brasil

## Nota 16: Fornecedores

**Políticas contábeis**

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores mercadorias	7.321	9.629	15.034	14.198
Fornecedores diversos	97	145	1.412	1.385
Fornecedores de imobilizado	88	241	279	574
Fornecedores convênios (a)	1.398	2.249	3.262	3.861

**Partes relacionadas:**

Carrefour Import S.A.	-	-	101	40
Unlimitail	-	-	13	-

**Fornecedores**

Fornecedores	8.904	12.264	20.101	20.058
Fornecedores - Convênios	7.506	10.015	16.839	16.197
Fornecedores - Convênios	1.398	2.249	3.262	3.861

(a) O Grupo disponibiliza aos fornecedores convênios com as instituições financeiras para antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e prestação de serviços. O passivo do Grupo com os fornecedores convênios é registrado em rubrica de natureza similar a fornecedor no balanço patrimonial porque essa transação não altera a natureza, montantes não há inclusão de juros e de condições de prazo usuais de pagamento do capital de giro do Grupo antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo ainda, de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas junto às instituições financeiras. Os saldos de fornecedores e fornecedores - convênio são similares e tem o prazo médio de 78 dias de vencimentos em 31 de dezembro de 2024 (81 dias em 31 de dezembro de 2023).

## Nota 17: Imposto de Renda e Contribuição Social

**Políticas contábeis**

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O grupo possui controladas que optaram por calcular os lucros tributáveis como uma percentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, estas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

**Segmentos de Soluções Financeiras**

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos da instituição financeira Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 mil para imposto de renda e 20% sobre o rendimento tributável da contribuição social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 25% e 20% sobre as diferenças temporárias Diante da publicação da Lei nº 14.466/22, a alíquota da CSLL foi majorada temporariamente de 20% para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para 20% a partir de janeiro de 2023.

**Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais).

São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

**Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	(133)	(330)	(714)	(497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(147)	(106)	1.147	(105)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(280)</b>	<b>(436)</b>	<b>433</b>	<b>(602)</b>

**Reconciliação da alíquota efetiva**

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 29% (1.627% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023) e reflete, entre outros efeitos, a variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.033	(359)	1.507	(37)
Alíquota de imposto	-34%	-34%	-34%	-34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada</b>	<b>(691)</b>	<b>122</b>	<b>(512)</b>	<b>13</b>

**Diferenças permanentes:**







continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. - Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R\$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019. Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2024 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 201 milhões (R\$ 230 milhões em 31 de dezembro de 2023) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 85 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2023).

**Bonificação de fornecedores recebidas (PIS e COFINS)**

Como prática comum no varejo, o Grupo Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Grupo Carrefour recebeu autos de infração, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

Decisões favoráveis foram proferidas ao longo dos anos, mas nenhuma delas de forma definitiva.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo Carrefour era de R\$ 1.484 milhões (R\$ 1.379 milhões em 31 de dezembro de 2023).

**Outras contingências tributárias não provisionadas**

A Companhia e suas controladas possuem demandas administrativas e judiciais em andamento, classificadas como de perda possível após análise técnica. Entre os principais temas estão: ICMS - créditos questionados, disputas entre estados relacionadas à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), pendências de pagamento e obrigações acessórias, além de créditos de PIS/COFINS.

**Nota 18.5.2. Cíveis****Processo administrativo**

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e o processo criminal em andamento não envolveram a Companhia e o funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A foram absolvidos.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. No dia 14 de março de 2023 foi proferida decisão de primeira instância para um dos casos absolvendo o Atacadão S.A, sendo que em 12 de abril de 2023 foi certificado o transcurso do prazo sem a apresentação de recurso pela Municipalidade. O outro processo se encontra em fase inicial.

Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento e decisões proferidas nos processos, não existem ajustes a serem feitos nas informações contábeis intermediárias em relação ao tema.

**Nota 18.5.3. Possíveis Cíveis****Passivos contingentes não provisionados**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos é possível, de natureza cível, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 31 milhões, e no Consolidado, no montante de R\$ 107 milhões. A Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Conforme requerido pelo item 23 do CPC 15/IFRS 3, os passivos contingentes cíveis oriundos da aquisição do Grupo BIG, com classificação de risco possível, a Companhia tem provisionado em 31 de dezembro de 2024 o valor justo no montante de R\$ 194 milhões.

**Nota 18.6. Ativos contingentes**

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram, no passado, com medidas judiciais individuais questionando a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. Embora o mérito da questão tenha sido julgado desfavoravelmente aos contribuintes pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Tema 985/STF), a partir de setembro de 2020, os embargos de declaração foram recentemente julgados. O STF modulou efeitos da decisão, garantindo aos contribuintes que possuam ações judiciais em curso e pagaram indevidamente as contribuições, o direito à restituição ou compensação dos valores pagos até 14 de setembro de 2020.

Diante da necessidade de futuros eventos judiciais, como a aplicação do resultado do julgamento do Tema 985/STF aos processos individuais e o trânsito em julgado das ações, a administração da Companhia e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2024, classificam como provável a existência desse ativo contingente, no montante de R\$ 68 milhões na Controladora e R\$ 207 milhões no Consolidado. Esta é a melhor estimativa da Administração no momento.

A Companhia e suas subsidiárias continuarão a monitor o andamento das ações em curso e fornecerão atualizações nas demonstrações financeiras subsequentes, conforme necessário.

**Nota 19: Receita Diferida****Controladora**

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria proporcionou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.

A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

(Em milhões de Reais)	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Transação "Cartão Atacadão"	194	220
Outras receitas diferidas	16	19
<b>Receita diferida</b>	<b>210</b>	<b>239</b>
Circulante	33	31
Não circulante	177	208

**Consolidado**

Em 03 de novembro de 2020, a Companhia lançou o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

A Administração da Companhia decidiu encerrar o Programa "Minhas Recompensas" em 28 de fevereiro de 2024, em conformidade com os requisitos estabelecidos no regulamento do plano. A decisão foi tomada após uma análise detalhada do desempenho financeiro e estratégico do programa, bem como das mudanças nas preferências dos clientes e no ambiente de negócios. Os passivos relacionados ao programa foram baixados do balanço patrimonial e gerou um impacto de R\$ 44,8 milhões.

**Nota 20: Patrimônio Líquido****Nota 20.1. Gestão de capital**

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:  
- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;  
- Otimizar os retornos dos acionistas; e  
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

**Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria****Nota 20.2.1. Capital social****Emissão de ações**

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu 762.300 novas ações ordinárias (1.100.345 em 31 de dezembro de 2023).

O capital social da Companhia devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R\$ 9.960 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.960 milhões em 31 de dezembro de 2023), representado por 2.109.056.711 ações ordinárias (2.108.294.411 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada abaixo:

Quantidade de ações	31/12/2024	31/12/2023
<b>Acionistas</b>		
Carrefour Nederland B.V.	770.832.974 36,5%	770.832.974 36,6%
Carrefour S.A.	651.400.000 30,9%	651.400.000 30,9%
Península IV FIP - Multiestratégia	78.655.950 3,7%	78.655.950 3,7%
Península II FIP em Participações		
Multiestratégia	51.777.904 2,5%	51.777.904 2,5%
Península Partners FIA IE	23.725.600 1,1%	23.725.600 1,1%
Outros	532.664.283 25,3%	531.901.983 25,2%
<b>Total</b>	<b>2.109.056.711 100%</b>	<b>2.108.294.411 100%</b>

**Nota 20.2.2. Reserva de capital**

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transiam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; v) pagamento de dividendo cumulativo e; vi) outros itens relacionados a aquisição do Grupo BIG. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da reserva de capital era de R\$ 2.156 milhões (R\$ 2.154 milhões em 31 de dezembro de 2023).

**Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações**

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 83 milhões (R\$ 81 milhões em 31 de dezembro de 2023) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

**Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários**

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

**Nota 20.2.4. Reserva de lucros****Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 714 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 627 milhões.

**Retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

**Reserva de incentivos fiscais**

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, podendo ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

**Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);
- (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Variação líquida acumulada de provisões de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

**Nota 20.3. Ações em tesouraria****Políticas contábeis**

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**Nota 20.4. Dividendos****Políticas contábeis**

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

**Controladora**

Em 13 de abril de 2023, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor bruto de R\$ 132 milhões, equivalente ao valor de R\$ 0,0628537948 por ação. Tal valor, somado aos R\$ 687 milhões declarados e pagos na forma de antecipação de lucros, em 29 de junho de 2022, 29 de setembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022, nos termos das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 13 de junho de 2022, 12 de setembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022, totalizam R\$ 819 milhões, correspondentes a 45% do lucro líquido ajustado da Companhia apurado no exercício de 2022.

Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total R\$ 179 milhões, relativos ao exercício fiscal de 2023, equivalentes ao valor de R\$ 0,084924093 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 29 de novembro de 2023.

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia pelo valor bruto de R\$ 200 milhões relativos ao exercício fiscal de 2024, equivalentes ao valor de R\$ 0,094829124 por ação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 23 de dezembro de 2024, sendo que a partir de 24 de dezembro de 2024 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio.

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados sobre o valor do lucro líquido contábil após a destinação a Reserva legal e em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1,7 milhões.

**Controlada BSF holding**

Em 27 de abril de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 101 milhões, dos quais o valor de R\$ 52 milhões a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 49 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. O pagamento foi efetuado em 20 de junho de 2023.

Em 14 de dezembro de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de não distribuição de dividendos da controlada BSF holding, referente ao ano de 2023.

**Nota 20.5. Não controladores**

Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas não controladores possuem participação em 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. (31 de dezembro de 2023, os acionistas não controladores possuem participação em 49% das ações da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. e 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A.) detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A. cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.

**Nota 21: Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Participação dos Controladores)****Políticas contábeis**

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.

As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)</b>	<b>1.753</b>	<b>(795)</b>
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	2.109	2.107
<b>Denominador básico (em milhões)</b>	<b>2.109</b>	<b>2.107</b>
Opções de compra de ações (em milhões)	-	-
<b>Denominador diluído (em milhões)</b>	<b>2.109</b>	<b>2.107</b>
<b>Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)</b>	<b>0,83</b>	<b>(0,38)</b>
<b>Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,83</b>	<b>(0,38)</b>

**Nota 22: Receita Operacional Líquida****Políticas contábeis**

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, alugueis de centros comerciais e taxas de franquia. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:  
- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita

possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	66.059	74.340	127.471	121.822
Impostos sobre receitas	(6.583)	(6.980)	(11.835)	(11.963)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>59.476</b>	<b>67.360</b>	<b>115.636</b>	<b>109.859</b>

**Nota 22.1 Vendas líquidas**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas brutas de vendas	65.553	74.061	120.594	115.458
Impostos sobre vendas	(6.559)	(6.952)	(11.275)	(11.472)
<b>Vendas líquidas antes do programa de fidelidade</b>	<b>59.094</b>	<b>67.109</b>	<b>109.319</b>	<b>103.986</b>
Programa de fidelidade	-	-	(8)	(74)
<b>Vendas líquidas</b>	<b>59.094</b>	<b>67.109</b>	<b>109.311</b>	<b>103.912</b>

**Nota 22.2 Outras receitas**

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas brutas	-	-	5.495	5.039
Impostos e deduções	-	-	(328)	(279)
<b>Receitas de transações financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.167</b>	<b>4.760</b>
Serviços e comissões	202	242	1.027	1.037
Receita de alugueis	204	37	363	362
Impostos sobre vendas	(24)	(28)	(232)	(212)
<b>Outras receitas</b>	<b>382</b>	<b>251</b>	<b>6.325</b>	<b>5.947</b>

**Nota 23: Custo das Mercadorias Vendidas, Serviços Prestados e Operações Financeiras****Políticas contábeis**

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

(
---



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

(R\$ 726 milhões) e na Controladora (R\$ 4 milhões) podem conter: (i) o resultado das perdas por *impairment* de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável e (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados, conforme segue:

- Gastos relativos ao fechamento de lojas e encerramento das operações formato Bom Preço e Nacional no total de R\$ 410 milhões, anunciado em Comunicado ao Mercado no dia 3 de dezembro. Desta forma, o valor é composto, substancialmente por provisão de *impairment* de ativos tangíveis e intangíveis, no montante de R\$ 212 milhões, sendo deste valor ativos imobilizados R\$ 152 milhões e marcas R\$ 60 milhões, estas últimas advindas da alocação do preço de aquisição do Grupo BIG. Adicionalmente, a Companhia reconheceu provisões de encerramento de lojas referentes a multas de locadores e gastos auxiliares no total de R\$ 198 milhões decorrentes do encerramento destas operações.
- Baixas de ativos imobilizados e direitos de uso de arrendamentos líquidos dos passivos de arrendamentos resultantes de conversões de lojas *impairment* de ativos no valor de R\$ 433 milhões
- Resultado decorrente de vendas das lojas que operavam sob bandeira Supernoos e resultado de operação de *sale-leaseback* e demais vendas de negócios líquido R\$ 117 milhões.

(ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento já incorridos.

(iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão de provisões após a adesão de programas de anistia descritos na nota 18.2.6 e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica (Nota 18.2.2); (b) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (Nota 18.5.1); e (c) Movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição

(iv) Em 2023, o montante refere-se principalmente a despesas relacionadas a aquisição do Grupo BIG S.A.

(v) Refere-se a alienação da participação societária na Unlimitai, ocorrida em janeiro de 2024 pelo valor de R\$ 47 milhões com o recebimento total no mesmo período.

(vi) Refere-se a resultado na aquisição de negócios, no caso E-wally, conforme divulgado na Nota 12.

(vii) A Controladora registrou créditos extemporâneos de ICMS sobre fretes R\$ 61 milhões, e PIS e COFINS sobre vendas na Zona Franca de Manaus ("ZFM"), R\$ 258 milhões.

## Nota 26: Resultado Financeiro

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas sobre aplicações financeiras	225	234	409	349
Atualização monetária sobre créditos fiscais (a)	202	22	316	22
Atualização monetária de depósitos judiciais	20	8	138	132

## Nota 27: Alterações no Fluxo de Caixa

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		2023		31/12/2024		2023	
	Saldo final	Saldo inicial	Variação	Variação	Saldo final	Saldo inicial	Variação	Variação
(-) Contas a receber	(2.800)	(2.464)	(336)	(352)	(2.624)	(2.542)	(82)	104
(-) Estoques	(4.484)	(6.651)	2.167	179	(12.292)	(11.728)	(564)	565
+ Fornecedores	8.796	12.023	(3.227)	(167)	19.697	19.379	318	(263)
(-) Impostos a recuperar	(2.001)	(1.784)	(217)	312	(5.588)	(5.334)	(254)	516
(-) Depósitos judiciais	(93)	(155)	62	(15)	(2.914)	(2.882)	(32)	(138)
+ Obrigações trabalhistas	417	522	(105)	18	1.206	1.327	(121)	(10)
+ Impostos a pagar	170	216	(46)	31	731	622	109	(13)
(-) Outros ativos operacionais	(1.402)	(276)	(1.126)	(36)	(1.945)	(1.976)	31	638
+ Outros passivos operacionais	2.184	1.266	918	360	13.100	13.958	(858)	(1.080)
+/- Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(52)	(26)	(26)	(20)
<b>+ Outros ajustes:</b>								
Variação de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais	-	-	24	31	-	-	-	240
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>719</b>	<b>2.697</b>	<b>(2.160)</b>	<b>361</b>	<b>9.319</b>	<b>10.798</b>	<b>(1.275)</b>	<b>897</b>
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(18.789)	(18.302)	(2.487)	(2.580)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	16.533	13.877	2.656	1.673
<b>Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(2.256)</b>	<b>(2.425)</b>	<b>169</b>	<b>(907)</b>

(\*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, conforme descrito na nota 23.

## Nota 28: Instrumentos Financeiros

## Políticas contábeis

## Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por *impairment* é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o *impairment* diminuir, a perda por *impairment* anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por *impairment* previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

## Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ganho com instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>995</b>	<b>430</b>	<b>1.022</b>	<b>432</b>
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	-	457	-	469
Outras receitas financeiras	18	122	53	219
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>1.460</b>	<b>1.273</b>	<b>1.938</b>	<b>1.623</b>

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre financiamentos	(1.945)	(1.660)	(1.945)	(1.667)
Juros sobre arrendamentos	(151)	(170)	(647)	(650)
Juros de antecipação de cartão de crédito (b)	(68)	(16)	(347)	(224)

Atualização monetária das provisões para contingências	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	(852)	-	(922)	-
Juros sobre instrumentos financeiros derivativos	(213)	(546)	(215)	(565)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(155)	(860)	(155)	(860)
Outras despesas financeiras	(28)	(18)	(306)	(399)

Total das despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(3.443)</b>	<b>(3.281)</b>	<b>(4.702)</b>	<b>(4.501)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.983)</b>	<b>(2.008)</b>	<b>(2.764)</b>	<b>(2.878)</b>

(a) Conforme divulgado na Nota 25, a Controladora registrou atualização monetária de créditos extemporâneos de PIS e COFINS na Zona Franca de Manaus R\$ 119 milhões e juros de atualização de ICMS ST R\$ 167 milhões e R\$ 30 milhões de outras atualizações.

(b) Refere-se substancialmente aos descontos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis decorrentes das vendas por meio de cartões emitidos pelo Banco CSF e cartões de outras bandeiras. Conforme divulgado em Nota 7 - "Cessão de contas a receber de clientes.

A Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*contratos a termo*, *NDFs* ou *Swap em Euros e Dólares*) designados como hedge para proteção contra perdas cambiais conforme descritos na nota 28.8.

Os ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, como resultado de nossa estrutura de hedge, descrita na nota 28.8, são apresentados abaixo.

(Em milhões de reais)	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Perda com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (a)	(922)	(867)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	867	(55)
<b>Variação cambial e derivativos, impacto líquido</b>	<b>(55)</b>	<b>(922)</b>

(a) Não inclui variação cambial sobre demais ativos e passivos financeiros.

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		2023		31/12/2024		2023	
	Saldo final	Saldo inicial	Variação	Variação	Saldo final	Saldo inicial	Variação	Variação
(-) Contas a receber	(2.800)	(2.464)	(336)	(352)	(2.624)	(2.542)	(82)	104
(-) Estoques	(4.484)	(6.651)	2.167	179	(12.292)	(11.728)	(564)	565
+ Fornecedores	8.796	12.023	(3.227)	(167)	19.697	19.379	318	(263)
(-) Impostos a recuperar	(2.001)	(1.784)	(217)	312	(5.588)	(5.334)	(254)	516
(-) Depósitos judiciais	(93)	(155)	62	(15)	(2.914)	(2.882)	(32)	(138)
+ Obrigações trabalhistas	417	522	(105)	18	1.206	1.327	(121)	(10)
+ Impostos a pagar	170	216	(46)	31	731	622	109	(13)
(-) Outros ativos operacionais	(1.402)	(276)	(1.126)	(36)	(1.945)	(1.976)	31	638
+ Outros passivos operacionais	2.184	1.266	918	360	13.100	13.958	(858)	(1.080)
+/- Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(52)	(26)	(26)	(20)
<b>+ Outros ajustes:</b>								
Variação de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais	-	-	24	31	-	-	-	240
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>719</b>	<b>2.697</b>	<b>(2.160)</b>	<b>361</b>	<b>9.319</b>	<b>10.798</b>	<b>(1.275)</b>	<b>897</b>
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(18.789)	(18.302)	(2.487)	(2.580)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	16.533	13.877	2.656	1.673
<b>Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(*)</b>	<b>(2.256)</b>	<b>(2.425)</b>	<b>169</b>	<b>(907)</b>

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

## Aumento significativo no risco de crédito

A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de default maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;
  - Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.
- Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pela Companhia para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

## Cenários Macroeconômicos

Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

## Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- contas a receber (Nota 7);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 8);
- outras contas a receber.

## Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

## Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- empréstimos: Os "Empréstimos de Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 16);
- operações com cartão de crédito (Nota 8.2); e
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

## Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como

custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa,



continuação

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024**



Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

Os empréstimos e Letras Financeiras do Segmento de Soluções Financeiras do Grupo são detalhados nos quadros abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final	Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor (Em milhões de Reais)
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023								
<b>Circulante</b>												
Em moeda estrangeira												
Resolução nº 4131	-	705	-	705	0,91% a 1,87% a.a.	09/2024	2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	500
Resolução nº 4131	907	18	907	18	4,82% a 5,16 a.a.	04/2025						
Resolução nº 4131	1.940	770	1.940	770	1,08% a.a.	06/2025						
Resolução nº 4131	251	-	251	-	CDI	12/2025						
Em moeda local												
Carrefour Finance	8.643	8.781	8.643	8.781	R\$ (Pré 10,25% a 14,25% a.a.)	11/2024 a 07/2025						
Debêntures	3	358	3	358	CDI + 0,55% a 0,65% a.a.	06/2026						
Debêntures	85	-	85	-	CDI + 1,20% a 1,35% a.a.	01/2026 a 01/2027						
Debêntures	8	-	8	-	CDI + 0,60% a.a.	12/2027						
Resolução nº 4131	-	641	-	641	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024						
Debêntures	64	71	64	71	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027						
Debêntures	13	14	13	14	CDI + 0,95% a 1,00% a.a.	05/2026 a 05/2028						
Debêntures	54	-	54	-	CDI + 0,85% a 0,95% a.a.	01/2027 a 01/2031						
	<b>11.968</b>	<b>11.358</b>	<b>11.968</b>	<b>11.358</b>								
<b>Não circulante</b>												
Em moeda estrangeira												
Resolução nº 4131	-	734	-	734	4,82% a 5,16% a.a.	04/2025						
Resolução nº 4131	-	1.530	-	1.530	4,68% a 6,41% a.a.	12/2025						
Resolução nº 4131	1.265	-	1.265	-	CDI	09/2026 a 12/2026						
Em moeda local												
Debêntures	200	200	200	200	CDI + 0,55 a 0,65 a.a.	06/2026						
Debêntures	1.500	-	1.500	-	CDI + 1,20% a 1,35 a.a.	01/2026 a 01/2027						
Debêntures	1.500	-	1.500	-	CDI + 0,60% a.a.	12/2027						
Debêntures	1.500	1.500	1.500	1.500	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027						
Debêntures	930	930	930	930	CDI+0,95 a 1,00 a.a.	05/2026 a 05/2028						
Debêntures	1.000	-	1.000	-	CDI + 0,85% a 0,95% a.a.	01/2027 a 01/2031						
	<b>7.895</b>	<b>4.894</b>	<b>7.895</b>	<b>4.894</b>								
<b>Total</b>	<b>19.863</b>	<b>16.252</b>	<b>19.863</b>	<b>16.252</b>								

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

**Em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhões de Reais)	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	8.904	8.904	-	-	-	8.904
Empréstimos	19.863	10.976	5.247	5.347	310	21.880
Passivo de arrendamento	1.138	216	193	603	4.571	5.583
Outras contas a pagar	1.750	1.745	-	-	5	1.750
<b>Total do passivo</b>	<b>31.655</b>	<b>21.841</b>	<b>5.440</b>	<b>5.950</b>	<b>4.886</b>	<b>38.117</b>

**Em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhões de Reais)	Controladora					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	12.264	12.264	-	-	-	12.264
Empréstimos	16.252	13.401	2.389	4.215	-	20.005
Instrumentos financeiros derivativos	184	127	57	-	-	184
Passivo de arrendamento	1.503	231	240	625	3.760	4.856
Outras contas a pagar	736	727	-	-	9	736
<b>Total do passivo</b>	<b>30.939</b>	<b>26.750</b>	<b>2.686</b>	<b>4.840</b>	<b>3.769</b>	<b>38.045</b>

**Em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhões de Reais)	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	20.101	20.101	-	-	-	20.101
Empréstimos	19.863	10.976	5.247	5.347	310	21.880
Passivo de arrendamento	5.102	941	857	2.554	17.962	22.314
Operações de cartão de crédito	16.533	15.576	957	-	-	16.533
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	-	-	3
Outras contas a pagar	999	936	58	-	5	999
<b>Total do passivo</b>	<b>62.601</b>	<b>48.530</b>	<b>7.122</b>	<b>7.901</b>	<b>18.277</b>	<b>81.830</b>

**Em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhões de Reais)	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	20.058	20.058	-	-	-	20.058
Empréstimos	16.252	13.401	2.389	4.215	-	20.005
Instrumentos financeiros derivativos	210	153	57	-	-	210
Passivo de arrendamento	4.877	898	848	2.333	11.106	15.185
Operações de cartão de crédito	13.877	12.300	1.577	-	-	13.877
Outras contas a pagar	1.070	968	46	-	56	1.070
<b>Total do passivo</b>	<b>56.344</b>	<b>47.778</b>	<b>4.917</b>	<b>6.548</b>	<b>11.162</b>	<b>70.405</b>

**Emissão de debêntures**

**6ª (sexta) emissão**

Em 08 de janeiro de 2024, a Companhia concluiu a 6ª (sexta) emissão de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), as quais foram objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado que não será permitida a distribuição parcial das Debêntures ("Oferta").

As Debêntures não contarão com quaisquer garantias, e os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento no perfil de dívida da Companhia e/ou das suas controladas (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

A classificação de risco da Emissão das Debêntures foi atribuída pela Standard &

**Características das Debêntures**

As debêntures do Grupo são detalhadas no quadro abaixo:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (quant.)	Data de Emissão	Vencimento inicial	Encargos anuais	Preço Unitário (em R\$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
3ª Emissão - 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65% a.a.	1.000	203
4ª Emissão - 1ª série	467	467.225	16/09/2022	17/08/2026	CDI + 0,55% a.a.	1.000	487
4ª Emissão - 2ª série	188	188.355	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,60% a.a.	1.000	196
4ª Emissão - 3ª série	845	844.420	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,79% a.a.	1.000	881
5ª Emissão - 1ª série	330	329.796	01/06/2023	14/05/2026	CDI + 0,55% a.a.	1.000	334
5ª Emissão - 2ª série	468	467.909	01/06/2023	14/05/2027	111,16% CDI	1.000	475
5ª Emissão - 3ª série	132	132.295	01/06/2023	12/05/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	134
6ª Emissão - 1ª série	650	650.000	10/10/2024	12/01/2026	CDI + 1,20%	1.000	687
6ª Emissão - 2ª série	850	850.000	10/10/2024	11/01/2027	CDI + 1,35%	1.000	899
7ª Emissão - 1ª série	146	145.603	05/02/2024	15/01/2027	CDI + 0,85%	1.000	153
7ª Emissão - 2ª série	31	30.636	05/02/2024	17/01/2028	CDI + 0,95%	1.000	34
7ª Emissão - 3ª série	31	30.636	05/02/2024	15/01/2029	CDI + 0,95%	1.000	31
7ª Emissão - 4ª série	173	170.295	05/02/2024	15/01/2027	110,0% CDI	1.000	180
7ª Emissão - 5ª série	173	170.295	05/02/2024	15/01/2027	110,1% CDI	1.000	180
7ª Emissão - 6ª série	100	98.066	05/02/2024	17/01/2028	110,1% CDI	1.000	109
7ª Emissão - 7ª série	100	98.066	05/02/2024	15/01/2029	110,1% CDI	1.000	98
7ª Emissão - 8ª série	102	100.000	05/02/2024	15/01/2030	111,2% CDI	1.000	111
7ª Emissão - 9ª série	29	28.202	05/02/2024	15/01/2031	110,8% CDI	1.000	31
7ª Emissão - 10ª série	102	100.000	05/02/2024	15/01/2031	111,2% CDI	1.000	100
7ª Emissão - 11ª série	29	28.202	05/02/2024	15/01/2031	110,8% CDI	1.000	28
8ª Emissão - 1ª série	1.500	1.500	13/12/2024	12/12/2027	100,0% CDI	1.000	1.508
							<b>6.859</b>

**Uso dos recursos**

O objetivo das emissões é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes ou como lastro de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

**Pagamentos**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou pagamentos.

**Captação de empréstimos**

Em 13 de dezembro de 2024 a Companhia concluiu, junto a seus parceiros financeiros, a captação de novos recursos com o objetivo de alongar o perfil de sua dívida e antecipar-se às renegociações dos compromissos financeiros previstos para 2025, captando R\$ 1,5 bilhão em empréstimos bilaterais com bancos estrangeiros, por meio de Resolução 4131. Todas estas novas captações sem cláusulas restritivas atreladas.

**Linhas de Crédito com Carrefour Finance**

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Carrefour Brasil possui duas linhas de crédito revolventes (RCF ou "Revolving Credit Facility") com o Carrefour Finance. Estas linhas são comprometidas e o Carrefour Brasil terá direito a um ou mais desembolsos entre a data de assinatura do Contrato e até um mês antes da data de encerramento do Contrato, que é de 36 meses contados da data de sua assinatura.

**Segmento Soluções Financeiras**

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

- assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetadas durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financia-

Poor's Ratings do Brasil Ltda. foi "br.AAA".

**7ª (sétima) emissão**

Em 05 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a 7ª (sétima) emissão de 1.000.000 (um milhão) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 (cinco) séries, para colocação privada, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais).

A Emissão das Debêntures não foi objeto de registro pela CVM ou pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), uma vez que as Debêntures emitidas foram colocadas de forma privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou qualquer esforço de colocação perante investidores indeterminados.

As Debêntures não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e serão vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em 5 (cinco) séries, da 87ª (oitogésima sétima) emissão da True Securitizadora S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 12.130.744/0001-00 ("CRA" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076") e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"). Os CRA emitidos pela Securitizadora foram objeto de requerimento de registro junto à CVM por meio do rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea (c), item (3), da Resolução CVM 160, observado que a Companhia se enquadra como emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa - EFRF, nos termos do artigo 38-A, inciso II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Oferta").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados integral e exclusivamente, pela Companhia e/ou através de suas sociedades controladas em que aplicar recursos obtidos com a emissão de Debêntures ("Controladas"), na aquisição de produtos agropecuários in natura, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia e/ou suas Controladas com produtores rurais, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076, e do artigo 2º do Anexo II da Resolução CVM 60 e artigo 28, inciso III, alínea "b", e artigo 146, inciso I, alínea "b.2" da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110, de 17 de outubro de 2022.

**8ª (oitava) emissão**

Em 13 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a 8ª (oitava) emissão de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 1.500.000,00 (um bilhão de reais e quinhentos milhões de reais), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado que não será permitida a distribuição parcial das Debêntures ("Oferta").

As Debêntures não contarão com quaisquer garantias, e os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures serão destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com alongamento no perfil de dívida da Companhia e/ou das suas controladas (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

A classificação de risco da Emissão das Debêntures foi atribuída pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. foi "br.AAA", e não houve a contratação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para exercer a atividade de formador de mercado para as Debêntures, com a finalidade de garantir a existência e permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3.

A Oferta será registrada na CVM sob o rito automático de registro de distribuição, com dispensa de análise prévia, nos termos do artigo 26, inciso IV, alínea "a", e do artigo 27 da Resolução CVM 160, por se tratar de oferta pública; (i) de valores mobiliários representativos de dívida, cujo emissor se enquadra na categoria de emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa - ERF, por ser emissor com grande exposição ao mercado - EGEM, nos termos do artigo 38-A, inciso I, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada; e (ii) destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sendo certo que a CVM não realizará análise dos



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

## Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Vencido</b>				
Até 30 dias	29	34	137	330
30-90 dias	5	7	128	160
91-180 dias	3	3	14	28
Acima de 180 dias	44	28	183	105
<b>Total vencidos</b>	<b>81</b>	<b>72</b>	<b>462</b>	<b>623</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>2.277</b>	<b>2.116</b>	<b>1.716</b>	<b>1.669</b>
<b>Total de Contas a receber de clientes</b>	<b>2.358</b>	<b>2.188</b>	<b>2.178</b>	<b>2.292</b>
Verbas comerciais a receber	484	311	665	468
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(42)	(35)	(210)	(218)
<b>Total de Contas a receber</b>	<b>2.800</b>	<b>2.464</b>	<b>2.633</b>	<b>2.542</b>

## Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de contraparte relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

## Segmento de Soluções Financeiras

**Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)**

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de investigação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
- O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

## Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a impairment está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

**Estágio 1:** instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

**Estágio 2:** Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de impairment (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o default estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de default; e

**Estágio 3:** Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação; considera ativos em default (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos

de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	31/12/2024		31/12/2023	
	Crédito ao consumidor	PCLD	Crédito ao consumidor	PCLD
Estágio 1	16.401 (927)	9,2%	14.214 (760)	9,2%
Estágio 2	1.858 (594)	5,9%	1.543 (477)	5,8%
Estágio 3	10.114 (8.063)	80,4%	8.463 (6.681)	81,0%

## Crédito ao consumidor

concedido pela empresa de soluções financeiras

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(9.584)	(7.918)

## Crédito ao consumidor

concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido

(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Compromissos contingentes	(439)	(326)
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(10.023)	(8.244)

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

- Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
- Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
- Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

## Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2024
Em 1º de janeiro de 2023	(5.804)
Constituição	(2.469)
Reversão	355
Em 1º de janeiro de 2024	(7.918)
Constituição	(2.795)
Reversão	476
Baixa para prejuízo (a)	653
Em 31 de dezembro de 2024	(9.584)

(a) a controladora Banco CSF adota a política de perda efetiva na cobrança revertendo a PCLD contra os respectivos títulos após o período estabelecido pelo Grupo para fins de cobrança.

## Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros

resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4.131/1.962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

## (a) Hedge de fluxo de caixa

O Grupo efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentados no quadro abaixo:

Moeda	Natureza	Início	Consolidado - 31 de dezembro de 2024		Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
			Vencimento	Valor nominal			
Euro	NDF	De 07/07/2024 a 23/12/2024	De 06/01/2025 a 15/05/2025	16	Média 6,1805	Média 6,2788	3
Dólar	NDF	De 07/06/2024 a 23/12/2024	De 06/01/2025 a 19/02/2026	63	Média 5,7518	Média 5,9089	19
Euro	NDF	De 25/09/2024 a 25/09/2024	De 06/01/2025 a 06/01/2025	2	Média 6,2373	Média 6,3314	1
Dólar	NDF	De 12/08/2024 a 31/01/2025	De 06/01/2025 a 07/04/2025	3	Média 5,9012	Média 5,9604	2
				84			25

Moeda	Natureza	Início	Consolidado - 31 de dezembro de 2023		Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
			Vencimento	Valor nominal			
Euro	NDF	De 26/05/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 05/07/2024	16	Média 5,3319	Média 5,4613	(1)
Dólar	NDF	De 19/12/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 19/12/2024	62	Média 4,9700	Média 5,1415	(23)
Euro	NDF	De 21/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 08/04/2024	3	Média 5,1855	Média 5,3956	-
Dólar	NDF	De 29/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 16/05/2024	4	Média 4,9419	Média 4,9890	(2)
				85			(26)

## (b) Hedge de valor justo

A Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos têm os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)				Instrumento de Hedge													
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo		Passivo		Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo
										Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	791	5,2700	(87)	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,5500% a.a.	CDI + 1,05%	-	48	(49)	-	-	
20/12/2023	19/12/2024	Euro	270	5,3919	(50)	Credit Agricole	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	4,6765 % a.a.	CDI + 0,55%	(1)	19	(12)	-	-	
20/12/2023	19/12/2024	Euro	150	5,3919	(36)	BNP Paribas	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	5,1800% a.a.	CDI + 0,85%	(1)	4	(3)	-	-	
19/12/2024	18/09/2026	Dólar	250	6,0500	(6)	Bank of America	Moeda	19/12/2024	18/09/2026	5,5765% a.a.	101,00% do CDI	(1)	10	(1)	7	-	
19/12/2024	18/12/2026	Dólar	700	6,0500	(16)	Bank of America	Moeda	19/12/2024	18/12/2026	1,5500% a.a.	101,94% do CDI	(2)	99	(24)	62	-	
14/04/2023	14/04/2025	Euro	364	5,4272	(73)	Credit Agricole	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	4,8188% a.a.	111,60% do CDI	(1)	109	(24)	54	-	
14/04/2023	14/04/2025	Euro	380	5,4272	(76)	BNP Paribas	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	5,1600% a.a.	111,60% do CDI	(1)	(1)	(1)	(2)	-	
19/12/2024	19/12/2025	Euro	250	6,4200	(1)	Credit Agricole	Moeda	19/12/2024	19/12/2025	3,2067% a.a.	99,60% do CDI	(1)	3	(1)	-	-	
19/12/2024	19/12/2026	Euro	500	6,4200	-	Credit Agricole	Moeda	19/12/2024	19/12/2026	3,2330% a.a.	101,80% do CDI	(1)	(1)	(1)	-	-	
19/12/2024	18/09/2026	Euro	250	6,4049	(1)	BNP Paribas	Moeda	19/12/2024	18/09/2026	3,7900% a.a.	101,00% do CDI	(1)	247	(30)	207	-	
20/12/2023	20/06/2025	Dólar	767	4,8663	(213)	Scotia	Moeda	20/12/2023	20/06/2025	6,4070% a.a.	CDI + 1,08%	(6)	145	(29)	92	-	
20/12/2023	19/12/2025	Dólar	379	4,9393	(200)	Intesa	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	6,1000% a.a.	CDI + 1,10%	(5)	107	(24)	77	-	
20/12/2023	19/12/2025	Euro	399	5,3919	(80)	Itau BBA	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	4,9700% a.a.	CDI + 1,18%	(5)	801	(213)	499	-	
			5.449		(839)							(22)	801	(213)	499	-	

Objeto de Hedge (empréstimos)				Instrumento de Hedge													
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo		Passivo		Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo
										Ativo	Passivo	Ativo	Passivo				
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	10	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	-	28	(14)	-	-	
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	23	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI + 1%	(1)	21	(13)	-	-	
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R\$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	(1)	69	-	-	-	
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	16	Banco Itau	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	1	74	(95)	(115)	-	
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	56	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	2	46	(24)	-	-	
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	18	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	1	154	(52)	-	-	
05/01/2022	05/06/2023	Dólar	180	5,6309	33	Bank of America	Moeda	05/01/2022	05/06/2023	1,5400% a.a.	CDI + 0,76%	2	123	(31)	-	-	
06/01/2022	07/06/2023	Dólar	100	5,6676	29	Scotia	Moeda	06/01/2022	07/06/2023	1,0838% a.a.	CDI + 0,79%	1	112	(24)	-	-	
06/01/2022	08/05/2023	Dólar	100	5,6770	25	Intesa	Moeda	06/01/2022	08/05/2023	1,7100% a.a.	CDI + 0,82%	1	156	(33)	-	-	
07/01/2022	05/05/2023	Dólar	140	5,6628	27	Citibank	Moeda	07/01/2022	05								



continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024



Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

Controladora	31 de dezembro de 2023							
	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida
(Em milhões de Reais)								
<b>Controladoras</b>								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	84	-
<b>Controladas</b>								
Banco CSF S.A.	474	12	-	486	-	26	66	194
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	3	179	182	-	-	21	-
Grupo BIG Brasil S.A.	249	102	39	390	-	-	493	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	20	-	20	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
Carrefour World Trade	122	-	-	122	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.781	-	-	-
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	-	-	37	-
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-
<b>Total</b>	<b>845</b>	<b>137</b>	<b>218</b>	<b>1.200</b>	<b>8.781</b>	<b>26</b>	<b>710</b>	<b>194</b>

Consolidado	31 de dezembro de 2024							
	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
(Em milhões de Reais)								
<b>Controladoras</b>								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	271	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
Carrefour Management	-	-	-	-	-	-	1	-
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	-	-	112	-
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	10	-
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	101	-
Carrefour Argentina	-	-	-	-	-	-	2	-
Carrefour World Trade	241	-	-	241	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.643	-	-	-
Unlimitail	14	-	-	14	-	13	1	-
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>-</b>	<b>267</b>	<b>8.643</b>	<b>114</b>	<b>397</b>	<b>9.154</b>	<b>-</b>

Consolidado	31 de dezembro de 2023							
	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
(Em milhões de Reais)								
<b>Controladoras</b>								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	181	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
Carrefour Management	-	-	-	-	-	-	1	-
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	-	-	86	-
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	6	-
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	-	-	40	-
Carrefour World Trade	169	-	-	169	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.781	-	-	-
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-
Walmart US	-	-	-	-	-	-	20	-
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>4</b>	<b>173</b>	<b>8.781</b>	<b>40</b>	<b>303</b>	<b>9.124</b>	<b>-</b>

Transações nas demonstrações do resultado do exercício  
As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2024																				
	Vendas (a)	Outras receitas	Desconto comercial (b)	Despesa de aluguel	Despesa de pessoal	Despesa com de utili-zação	Tarifa de des-pesas	Repasso de des-pesas	Juros	Outras receitas e des-pesas	Total										
												(Em milhões de Reais)									
<b>Controladoras</b>																					
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(67)	-	-	(67)										
<b>Controladas</b>																					
WMB Supermercado do Brasil Ltda.	416	-	-	-	-	-	-	30	-	-	446										
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	10.154	175	-	-	-	-	-	51	-	-	10.380										
Bompreco Supermercado do Nordeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	8										
Bompreco Bahia Supermercados Ltda.	-	-	-	(6)	-	-	-	3	-	-	(3)										
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	1	-	-	(33)	(16)	-	-	73	-	-	25										
Banco CSF S.A.	-	84	-	-	-	(35)	-	-	-	10	59										
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3										
SPE Desenv Imobiliário Sudeste Ltda.	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)										
<b>Outras partes relacionadas</b>																					
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(1.071)	-	-	(1.071)										
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)										
Carrefour World Trade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	347										
Unlimitail Brazil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3										
<b>Total</b>	<b>10.571</b>	<b>259</b>	<b>347</b>	<b>(40)</b>	<b>(16)</b>	<b>(35)</b>	<b>81</b>	<b>(1.068)</b>	<b>13</b>	<b>10.112</b>											

(a) A Controladora, Atacadão S.A. com advento dos projetos de consolidação dos formatos atacadistas efetua a venda de estoques de produtos alimentares e não alimentares à controladas WMS

(b) A Controladora, Atacadão S.A. bem como as demais empresas do Grupo recebem descontos comerciais na aquisição Global de produtos.

Controladora	31 de dezembro de 2023																				
	Vendas (a)	Outras receitas	Desconto comercial (b)	Despesa de aluguel	Despesa de pessoal	Despesa com de utili-zação	Tarifa de des-pesas	Repasso de des-pesas	Juros	Outras receitas e des-pesas	Total										
												(Em milhões de Reais)									
<b>Controladoras</b>																					
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(85)	-	-	(85)										
<b>Controladas</b>																					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	3	-	-	(36)	(106)	-	-	45	-	-	(94)										
Banco CSF S.A.	-	33	-	-	-	(46)	-	101	-	-	114										
Grupo BIG Brasil S.A.	2.514	2	-	-	-	-	-	39	-	-	2.555										
Cotabest Informações e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3										
SPE Desenv Imobiliário Centro-oeste Ltda.	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)										
<b>Outras partes relacionadas</b>																					
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(1.005)	-	-	(1.005)										
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)										
Carrefour World Trade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	280										
<b>Total</b>	<b>2.517</b>	<b>35</b>	<b>280</b>	<b>(38)</b>	<b>(106)</b>	<b>(46)</b>	<b>78</b>	<b>(1.002)</b>	<b>26</b>	<b>1.744</b>											

(a) A Controladora, Atacadão S.A. com advento dos projetos de consolidação dos formatos atacadistas iniciados em 2023, por meio de projeto piloto efetuou a venda de estoques de produtos alimentares e não alimentares à controladas WMS, na época enquanto ainda existia a Holding Grupo BIG, então controladora direta da WMS.

Consolidado	31 de dezembro de 2024											
	Descontos comerciais	Repasso de despesas	Compras	Juros	Outras receitas	Total						
							(Em milhões de Reais)					
<b>Controladora</b>												
Carrefour S.A.	-	-	(216)	-	-	(216)						
<b>Outras partes relacionadas</b>												
Carrefour Argentina	-	-	-	(5)	-	(5)						
Carrefour Import S.A.	-	-	-	(310)	-	(310)						
Carrefour World Trade	-	-	473	-	-	473						
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	(9)	-	(9)						
Carrefour Finance	-	-	-	-	(1.071)	(1.071)						
Carrefour Systems d'Information	-	-	-	-	(75)	(75)						
Unlimitail Brazil	-	-	-	-	-	4						
CRFP22	-	-	-	-	-	47						
<b>Total</b>	<b>473</b>	<b>(300)</b>	<b>(315)</b>	<b>(1.071)</b>	<b>51</b>	<b>(1.162)</b>						

Consolidado	31 de dezembro 2023									
	Descontos comerciais	Repasso de despesas	Compras	Juros	Total					
						(Em milhões de Reais)				
<b>Controladora</b>										
Carrefour S.A.	-	(171)	-	-	(171)					
<b>Outras partes relacionadas</b>										
Carrefour Import S.A.	-	-	(385)	-	(385)					
Carrefour World Trade	376	-	-	-	376					
Carrefour Marchandises Internationales	-	(12)	-	-	(12)					
Carrefour Finance	-	-	-	(1.005)	(1.005)					
Carrefour Systems d'Information	-	(75)	-	-	(75)					
Carrefour Argentina	-	-	(2)	-	(2)					
Walmart US	-	(44)	-	-	(44)					
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>(302)</b>	<b>(387)</b>	<b>(1.005)</b>	<b>(1.318)</b>					

**Nota 30: Informações por Segmentos**

**Políticas contábeis**  
O CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo, soluções financeiras e Sam's Club, cujos resultados são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8). O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nas lojas do Grupo.  
As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.  
Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.  
Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.  
As operações de cada um dos segmentos do Grupo são as seguintes:  
(i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca

Carrefour, bem como farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico;  
(ii) Cash & Carry, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão e plataforma de comércio eletrônico;  
(iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes; e  
(iv) Clube, que compreende as operações, clube de compras, de produtos alimentícios, artigos de vestuário e eletroeletrônicos. O Grupo não possui outros segmentos além dos reportados anteriormente.  
Além dos segmentos citados acima, reconhecido como "Funções Corporativas", o Grupo incorre em um centro de custos relativos às funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades holding (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento.

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2024						
	Total	Cash & Carry	Varejo	Soluções Financeiras	Clube	Funcões corporativas	Eliminações
<b>Vendas líquidas</b>	109.311	78.263	24.598	-	6.450	-	-
<b>Outras receitas</b>	6.325	252	761	5.215	145	-	(48)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>115.636</b>	<b>78.515</b>	<b>25.359</b>	<b>5.215</b>	<b>6.595</b>	<b>-</b>	<b>(48)</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras</b>	(94.461)	(66.486)	(19.697)	(3.030)	(5.248)	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>21.175</b>	<b>12.029</b>	<b>5.662</b>	<b>2.185</b>	<b>1.347</b>	<b>-</b>	<b>(48)</b>
<b>Vendas, gerais e administrativas</b>	(14.767)	(6.814)	(5.026)	(1.295)	(1.112)	(520)	-
<b>Depreciação e amortização</b>	(1.760)	(936)	(611)	(89)	(124)	-	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	(2)	-	(2)	-	-	-	-
<b>Outras receitas (despesas)</b>	(375)	236	(410)	(177)	(24)	-	-
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>4.271</b>	<b>4.515</b>	<b>(387)</b>	<b>624</b>	<b>87</b>	<b>(520)</b>	<b>(48)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	(2.764)	-	-	-	-	-	-
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.507</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.940</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</b>	2.130	1.382	352	153	243	-	-
<b>Aquisição de direito de uso de arrendamento</b>	1.331	423	819	3	86	-	-

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2023						
	Total	Cash & Carry	Varejo	Soluções Financeiras	Clube	Funcões corporativas	Eliminações
<b>Vendas líquidas</b>	103.912	71.437	26.949	-	5.526	-	-
<b>Outras receitas</b>	5.947	290	842	4.793	56	-	(34)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>109.8</b>						



continuação

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

• **Diluição societária máxima:** 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e

• **Preço de exercício das opções:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

• **Meta de performance:** o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculada a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas <sup>(1)</sup>	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92

Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025

**Preço de exercício (em R\$ por opção)** 21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data da outorga.

**(b) Mensuração de valor justo**

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

**Volatilidade e rendimento de dividendos**

i. **Plano Pré-IPO:** sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

ii. **Plano regular:** a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

**(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação**

Os movimentos no plano de opções de ações no exercício foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular
<b>Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2024</b>	-	<b>3.159.255</b>
(+) Opções concedidas no exercício	-	-
(-) Opções exercidas no exercício	-	-
(-) Opções canceladas no exercício	-	(3.159.255)
<b>Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-

**Nota 31.2. Planos de remuneração em ações**

(i) **Plano Grupo**

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2022, baseado na recomendação do comitê de remuneração,

	Plano Local 2021	Plano Local 2022	Plano Local 2023	Plano Local 2024
Número de ações autorizadas <sup>(1)</sup>	1.832.230	1.998.945	2.063.975	2.200.000
Número de ações outorgadas	1.556.541	1.998.945	2.063.975	2.009.809
Número de executivos elegíveis	124	125	117	107
Data da outorga <sup>(2)</sup>	25/08/2021	05/05/2022	01/06/2023	07/05/2024
Data do vesting <sup>(3)</sup>	25/08/2024	05/05/2025	01/06/2026	07/05/2027
Valor justo de cada ação (em R\$)	14,56	13,10	14,38	11,28

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de agosto de 2021 (outorga 2021), 05 de maio de 2022 (outorga 2022), 01 de junho de 2023 (outorga 2023) e 07 de maio de 2024 (outorga 2024);

(2) data em que os participantes são notificados sobre as características do plano;

(3) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020.

**Conciliação dos planos de ações em circulação**

	Plano Global 2021	Plano Global 2022	Plano Global 2023	Plano Global 2024
<b>Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>171.200</b>	<b>1.321.827</b>	<b>139.550</b>	<b>1.763.645</b>
(+) Opções concedidas no período	-	-	-	-
(-) Ações exercidas no período	(155.482)	(1.044.804)	-	-
(-) Ações canceladas no período	(15.718)	(277.023)	-	(400.185)
<b>Ações em 31 de dezembro de 2024</b>	-	<b>103.212</b>	<b>1.234.123</b>	<b>102.500</b>
Ações exercíveis	-	-	-	1.631.265

**Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado**

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

**Nota 32: Remuneração dos Empregados e Benefícios****Políticas contábeis**

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

**Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida****Políticas contábeis**

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

**Planos de contribuição definida**

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 14 de fevereiro de 2023, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 20 de fevereiro de 2024, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à performance financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021 e 2022);

- Retorno total ao Acionista; e

- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022	14 de fevereiro de 2023	20 de fevereiro de 2024
Data da Outorga <sup>(1)</sup>	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022	14 de fevereiro de 2023	20 de fevereiro de 2024

Data do vesting <sup>(2)</sup>

Total de número ações outorgadas na data de outorga

Número de ações outorgadas

Valor justo de cada ação (em €) <sup>(3)</sup>

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

**(ii) Plano Regular**

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 05 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 01 de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 07 de maio de 2024, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do *vesting period*. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);

- Retorno total ao Acionista; e

- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

	Plano Local 2021	Plano Local 2022	Plano Local 2023	Plano Local 2024
Número de ações autorizadas <sup>(1)</sup>	1.832.230	1.998.945	2.063.975	2.200.000
Número de ações outorgadas	1.556.541	1.998.945	2.063.975	2.009.809
Número de executivos elegíveis	124	125	117	107
Data da outorga <sup>(2)</sup>	25/08/2021	05/05/2022	01/06/2023	07/05/2024
Data do vesting <sup>(3)</sup>	25/08/2024	05/05/2025	01/06/2026	07/05/2027
Valor justo de cada ação (em R\$)	14,56	13,10	14,38	11,28

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de agosto de 2021 (outorga 2021), 05 de maio de 2022 (outorga 2022), 01 de junho de 2023 (outorga 2023) e 07 de maio de 2024 (outorga 2024);

(2) data em que os participantes são notificados sobre as características do plano;

(3) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020.

**Conciliação dos planos de ações em circulação**

	Plano Global 2021	Plano Global 2022	Plano Global 2023	Plano Global 2024
<b>Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>171.200</b>	<b>1.321.827</b>	<b>139.550</b>	<b>1.763.645</b>
(+) Opções concedidas no período	-	-	-	-
(-) Ações exercidas no período	(155.482)	(1.044.804)	-	-
(-) Ações canceladas no período	(15.718)	(277.023)	-	(400.185)
<b>Ações em 31 de dezembro de 2024</b>	-	<b>103.212</b>	<b>1.234.123</b>	<b>102.500</b>
Ações exercíveis	-	-	-	1.631.265

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsadas ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

**Programas de saúde**

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

O Atacadão, nossas controladas CCI e BIG e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores totalizaram R\$ 16 milhões em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 eram R\$ 11 milhões).

**Nota 32.2. Obrigações trabalhistas**

Os saldos relativos aos principais benefícios concedidos aos empregados estão apresentados a seguir:

**↳ Diretoria**

<b>Stéphane Maquaire</b> Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil	<b>Eric Alencar</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil
<b>Marco Aparecido de Oliveira</b> Diretor-Presidente - Atacadão	<b>David Fernandes</b> Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão
<b>Pablo Lorenzo</b> Diretor Executivo de Operações - Grupo Carrefour Brasil	

**↳ Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário**

**Introdução:** De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Resolução CVM nº 23/21, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A. ("Comitê" e "Companhia", respectivamente) deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê é composto atualmente por três membros, os quais também são membros do Conselho de Administração. **Atividades:** Durante o ano de 2024, o Comitê realizou quatro (4) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, (i) revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, (ii) revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna, e (iii) monitorar os procedimentos de controles internos da Companhia. Dentro das principais atividades do ano de 2024, o Comitê acompanhou e recomendou, conforme aplicável, a aprovação de certos projetos de melhoria e de M&A da Companhia. O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos, Deloitte, em especial em relação às demonstrações financeiras e demonstrações financeiras trimestrais, e também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade.

Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, bem como das atividades do Departamento de Controles Internos. Com relação às atividades do Departamento de Controles Internos, durante as reuniões realizadas em 2024, o Comitê reforçou a importância e necessidade de a administração da Companhia e o Departamento de Controles Internos implementarem todas ações à correção e progresso de certos assuntos apresentados ao Comitê. Em cada reunião do Conselho de Administração, quando aplicável, um relatório resumido das atividades do Comitê foi apresentado pelo Coordenador do Comitê, bem como as respectivas recomendações, quando aplicável, e discutido com os membros do Conselho de Administração. **Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras:** Os membros do Comitê examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

<b>Mathieu Malige</b> Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário	<b>Laurent Vallée</b> Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
<b>Cláudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira</b> Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário	

**↳ Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal do Atacadão S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (a) as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (controlados e consolidado), (b) o relatório da administração, e (c) o relatório de auditor independente emitido

pela Deloitte Touche Tohmatsu, sem quaisquer ressalvas, em 18 de fevereiro de 2025. Como base nos documentos elencados acima, bem como nos esclarecimentos prestados pela Companhia por meio de sua administração, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras e o relatório

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias e encargos	119	182	488	489
Salários a pagar e encargos	110	191	410	477
Provisão de bônus	95	124	282	330
Outras obrigações a pagar	13	25	26	31
<b>Obrigações trabalhistas</b>	<b>337</b>	<b>522</b>	<b>1.206</b>	<b>1.327</b>

**Nota 32.3. Remuneração da Administração e Conselho Fiscal**

O Conselho de Administração (17 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos três conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Administração e Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de reais, exceto número de executivos)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração do período	1	2	17	16
Remuneração em opções de compra de ações	1	-	13	8
Bônus	-	-	8	10
Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia)	1	1	5	4
<b>Total pago da compensação no período</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	<b>38</b>

Impostos sobre a folha de pagamento do empregador

Benefícios de rescisão

Número de executivos

Números de executivos - Conselho Fiscal

-

-

3

3

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-



continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024



Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil  
CNPJ 75.315.333/0001-09

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do Atacadão S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Provisões para riscos tributários: Porque é um PAA:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundas de diversas contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento das provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido a relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requisiu um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um assunto principal em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) obtenção, em bases amostrais, de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) envolvimento de nossos especialistas como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos determinados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários determinados como mais significativos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros: Porque é um PAA:** Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 28.7 às demonstrações financeiras, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros é constituída levando em consideração a CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, que consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Diretoria utilizados no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos

esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (b) leitura da política e entendimento dos critérios de provisionamento da Companhia para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas atuariais na revisão do modelo utilizado para o cálculo e das premissas adotadas; (d) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (e) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros bem como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da controlada WMS: Porque é um PAA:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 3.5 e 17 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 1.088 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2024, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social da controlada WMS Supermercados do Brasil Ltda. Para o seu registro, de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 32/IAS12 Tributos sobre o lucro, a Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas de acordo com o plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração. Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolveu julgamento profissional por parte da diretoria na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros considerado como provável de recuperação. Para a determinação das projeções dos lucros tributáveis futuros foram ponderadas as incertezas de mercado no que tange à previsibilidade da geração de lucro futuro tributável e condições econômicas, que não estão no controle da Companhia.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) o envolvimento de especialistas tributários para nos auxiliarem na avaliação da existência dos créditos tributários diferidos proveniente de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos no ano corrente; (ii) leitura do memorando técnico e das políticas contábeis que suportam o reconhecimento contábil do imposto de renda e contribuição diferidos; (iii) a análise da razoabilidade dos principais dados e premissas utilizados pela Diretoria na estimativa de lucros tributáveis futuros; (iv) envolvimento de especialistas tributários na avaliação de eventuais impactos na aplicação das leis tributárias na avaliação do registro do ativo diferido; (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 17, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos uma auditoria de Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para formação de uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pela revisão dos trabalhos de auditoria executados para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin  
Contador  
CRC nº 1 SP 228416/O-5